

# Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultados Orçamentário.

Atualizado no mês desta edição.

---

Edição de abril de 2026



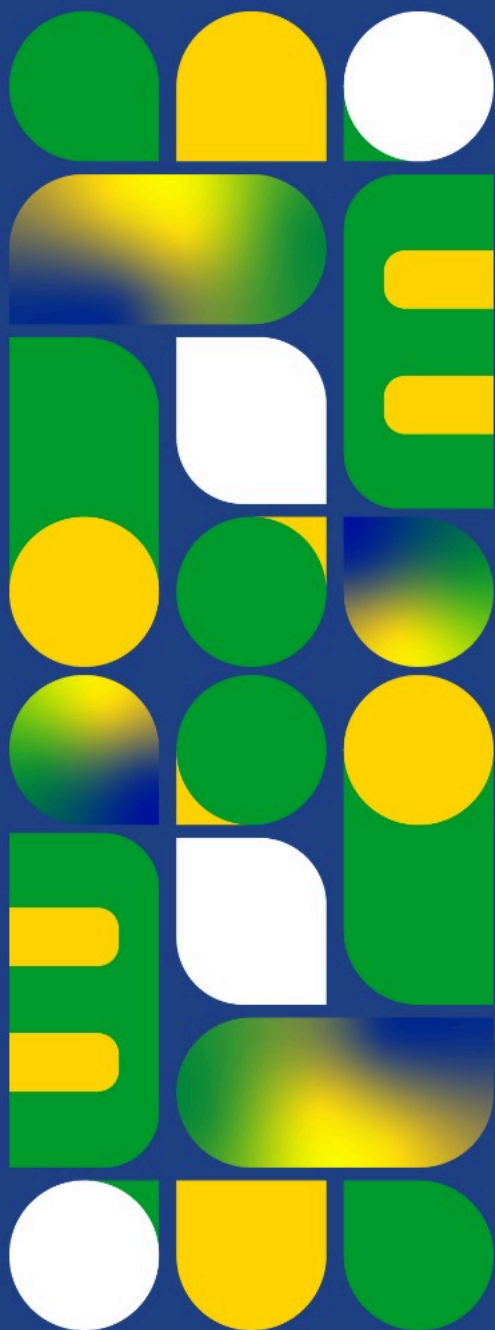
A edição de abril de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e funções econômicas.

Em abril de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total acumulada de R\$ 16,33 bilhões, resultado que representa um crescimento acumulado de 6,07% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R\$ 15,62 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R\$ 708,70 milhões.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R\$ 46,18 bilhões, representando um crescimento de 5,61%.

**Renata Lacerda Noleto**  
Secretária de Estado da Economia



# SUMÁRIO

---

<b>1. Receita Orçamentária</b>	<b>7</b>
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
<b>2. Arrecadação Tributária</b>	<b>11</b>
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	23
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	24



# SUMÁRIO

---

<b>3. Execução Orçamentária</b>	<b>25</b>
3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3 Despesa Liquidada	30
3.4 Mínimos Constitucionais	31
<b>4. Principais Resultados</b>	<b>33</b>
4.1 Resultado Orçamentário	34
4.2 Resultado Primário	35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5 Disponibilidade de Caixa	38



## Desempenho da Receita Estadual em abril de 2026

O Estado de Goiás registrou uma receita total de R\$ 16,33 bilhões de janeiro a abril de 2026, representando um crescimento de 6,07% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R\$ 868,10 milhões (15,68%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R\$ 20,56 milhões (5,22%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R\$ -49,41 milhões (-20,77%).

## Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No acumulado de janeiro a abril de 2026, o FPE registrou montante de R\$ 1,70 bilhão, enquanto o FUNDEB acumulou R\$ 1,70 bilhão. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 11,61% e o FUNDEB aumento de 32,31%.

## Arrecadação bruta em abril de 2026

A arrecadação bruta do ICMS de janeiro a abril de 2026 apresentou um crescimento de 12,54% em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R\$ 10,66 bilhões, contra R\$ 9,47 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pelos seguintes setores: Combustíveis, que apresentou aumento de 25,70%, devido a atualização das alíquotas do ICMS monofásico, a evolução dos volumes comercializados e a alteração no calendário de recolhimento implementada em 2025; Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de 32,93%, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa "Negocie Já II"; e Comunicação (22,24%), influenciada pela regularização de débitos e pelo fortalecimento das atividades de monitoramento fiscal.

## Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

No acumulado de janeiro a abril de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R\$ 1,04 bilhão (+3,32% em relação a 2025). O ITCD somou R\$ 247,23 milhões (-17,44%). Já o FUNDEINFRA arrecadou R\$ 56,76 milhões, queda de 83,61% frente ao mesmo período de 2025 (R\$ 346,41 milhões), em razão do encerramento da contribuição pela Lei nº 24.133/2026.

## Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R\$ 3,47 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, de janeiro a abril de 2026 foram empenhados, com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB), R\$ 1,45 bilhão, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB, somaram R\$ 1,82 bilhão. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R\$ 3,27 bilhões.

## Principais resultados fiscais

O Estado apresentou superávit orçamentário acumulado de R\$ 708,70 milhões e déficit primário de R\$ 155,68 milhões respectivamente no mês de abril. A Receita Corrente Líquida atingiu R\$ 46,18 bilhões em abril (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 5,61% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 40,28%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R\$ 12,30 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R\$ 3,04 bilhões, dos Restos a Pagar de R\$ 1,05 bilhões e de outras obrigações financeiras de R\$ 398,78 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R\$ 7,80 bilhões.

# 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

---

1.1	Receita Total (RT)	8
1.2	Transferências Correntes	10

Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, com ênfase na Receita Total de abril de 2026, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalha-se as receitas oriundas das transferências correntes.



# Receita Total (RT)

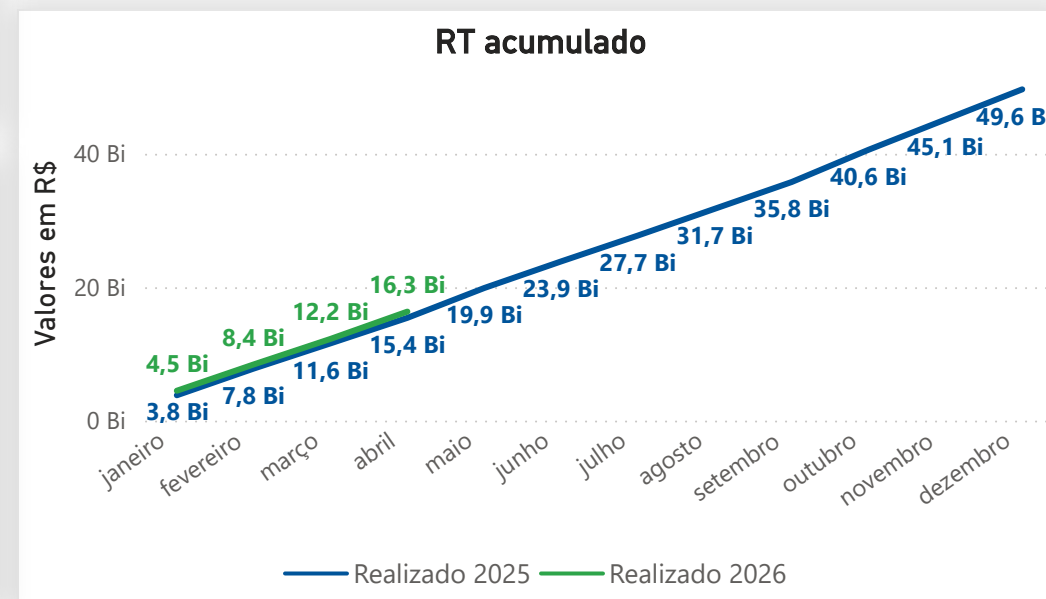
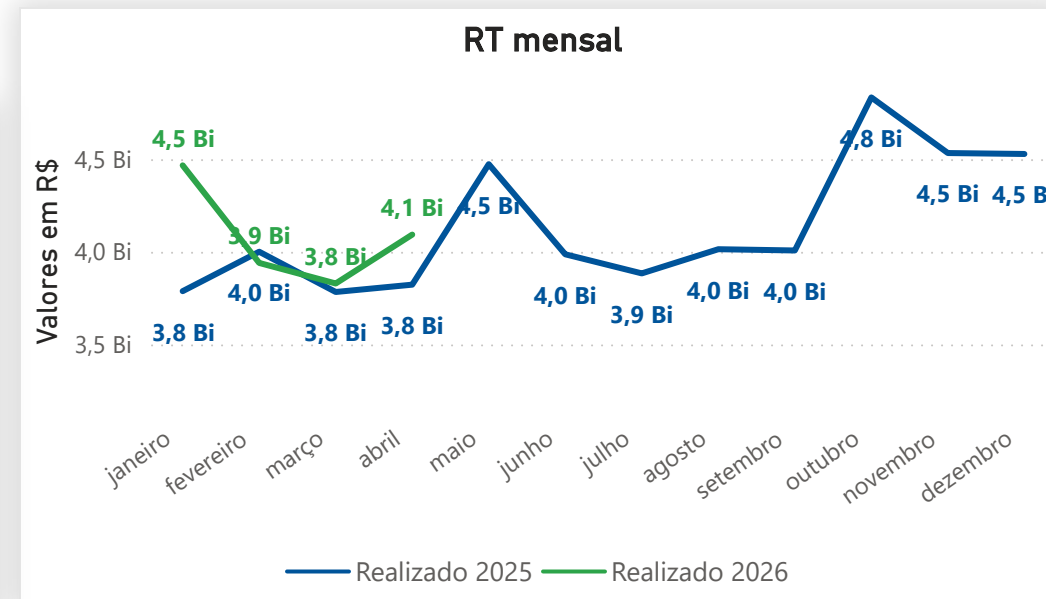
## Acumulada e mensal

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) Acumulado
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	▲ 17,93%	▲ 17,93%
fevereiro	4.000 Mi	3.940 Mi	7.788 Mi	8.406 Mi	▼ -1,51%	▲ 7,94%
março	3.783 Mi	3.829 Mi	11.571 Mi	12.235 Mi	▲ 1,21%	▲ 5,74%
abril	3.822 Mi	4.093 Mi	15.393 Mi	16.328 Mi	▲ 7,07%	▲ 6,07%
maio	4.473 Mi		19.866 Mi			
junho	3.986 Mi		23.852 Mi			
julho	3.883 Mi		27.735 Mi			
agosto	4.014 Mi		31.749 Mi			
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi			
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi			
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi			
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi			

Em abril de 2026, a Receita Total atingiu **R\$ 16,33 bilhões**, representando crescimento de **6,07%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R\$ 15,65 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R\$ 66,72 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.



# Receita Total (RT)

## Resultado em abril de 2026

Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Abr)	Acumulado 2025 (Realizado até Abr)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	15.649,94 Mi	14.790,34 Mi	▲ 859,59 Mi	5,81%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.188,82 Mi	8.178,16 Mi	▲ 1.010,66 Mi	12,36%
ICMS	6.405,26 Mi	5.537,17 Mi	▲ 868,10 Mi	15,68%
IPVA	414,45 Mi	393,88 Mi	▲ 20,56 Mi	5,22%
ITCD	188,53 Mi	237,94 Mi	▼ -49,41 Mi	-20,77%
IRRF	1.043,02 Mi	986,14 Mi	▲ 56,88 Mi	5,77%
Outras receitas tributárias	1.137,56 Mi	1.023,03 Mi	▲ 114,53 Mi	11,20%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	677,52 Mi	643,16 Mi	▲ 34,36 Mi	5,34%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	675,94 Mi	739,22 Mi	▼ -63,28 Mi	-8,56%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,02 Mi	▼ -0,02 Mi	-82,02%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	66,60 Mi	57,21 Mi	▲ 9,39 Mi	16,41%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.935,61 Mi	3.683,23 Mi	▲ 252,38 Mi	6,85%
Cota-Parte do FPE	1.698,04 Mi	1.521,47 Mi	▲ 176,57 Mi	11,61%
Cota-Parte do IPI - LC 61/1989	41,68 Mi	39,09 Mi	▲ 2,60 Mi	6,65%
Transferências do FUNDEB	1.695,49 Mi	1.281,48 Mi	▲ 414,01 Mi	32,31%
Outras Transferências Correntes	500,39 Mi	841,20 Mi	▼ -340,81 Mi	-40,51%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.105,44 Mi	1.489,35 Mi	▼ -383,91 Mi	-25,78%
Contribuições ao PROTEGE	497,01 Mi	514,27 Mi	▼ -17,26 Mi	-3,36%
FUNDEINFRA	56,72 Mi	354,41 Mi	▼ -297,69 Mi	-84,00%
Demais Receitas Correntes	551,71 Mi	620,67 Mi	▼ -68,96 Mi	-11,11%
2. RECEITAS DE CAPITAL	66,72 Mi	21,28 Mi	▲ 45,44 Mi	213,51%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	▲ 0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	1,85 Mi	1,76 Mi	▲ 0,09 Mi	5,24%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3,90 Mi	3,51 Mi	▲ 0,39 Mi	11,13%
2.3. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60,95 Mi	16,00 Mi	▲ 44,95 Mi	280,90%
2.4. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,02 Mi	0,01 Mi	▲ 0,01 Mi	66,67%
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	▲ 0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	15.716,66 Mi	14.811,63 Mi	▲ 905,03 Mi	6,11%
Receitas Intraorçamentárias	610,88 Mi	581,37 Mi	▲ 29,51 Mi	5,08%
RECEITA TOTAL	16.327,54 Mi	15.392,99 Mi	▲ 934,55 Mi	6,07%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	14.534,30 Mi	13.595,04 Mi	▲ 939,26 Mi	6,91%

Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) no mês de **abril** de 2026.

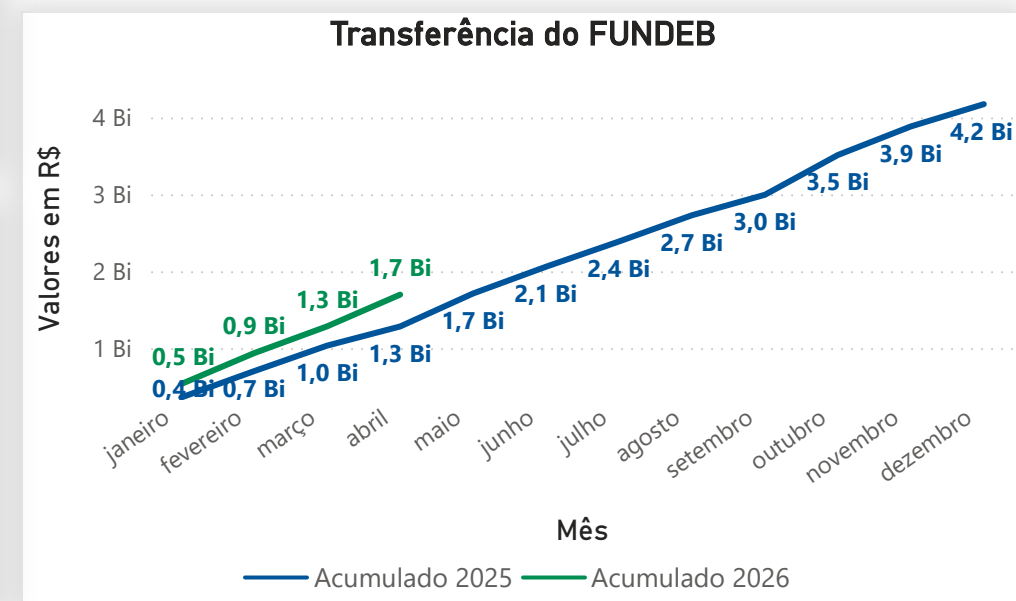
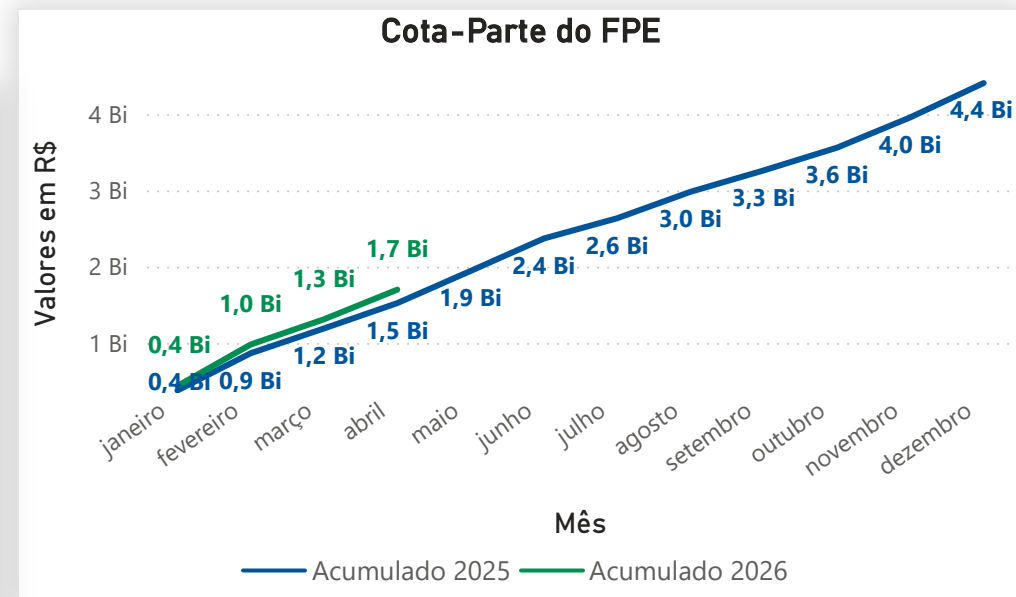
# Transferências Correntes

## Resultado em abril de 2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi	544,74 Mi	864,31 Mi	978,91 Mi	342,77 Mi	401,69 Mi	700,83 Mi	934,92 Mi
março	324,87 Mi	330,43 Mi	1.189,18 Mi	1.309,35 Mi	331,72 Mi	348,38 Mi	1.032,55 Mi	1.283,30 Mi
abril	332,28 Mi	388,69 Mi	1.521,47 Mi	1.698,04 Mi	248,93 Mi	412,20 Mi	1.281,48 Mi	1.695,49 Mi
maio	421,85 Mi		1.943,32 Mi		429,11 Mi		1.710,59 Mi	
junho	425,62 Mi		2.368,93 Mi		347,93 Mi		2.058,52 Mi	
julho	265,67 Mi		2.634,61 Mi		328,27 Mi		2.386,80 Mi	
agosto	346,70 Mi		2.981,31 Mi		341,32 Mi		2.728,12 Mi	
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No acumulado até o mês de abril de 2026, o FPE registrou montante de **R\$ 1,70** bilhão, enquanto o FUNDEB acumulou **R\$ 1,70** bilhão. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **11,61%** e o FUNDEB aumento de **32,31%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.



## 2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

---

2.1	Arrecadação bruta do ICMS	13
2.2	Análise por Setor	14
2.3	Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4	Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5	Recuperação de Créditos	22
2.6	Arrecadação do PROTEGE	23
2.7	Arrecadação do FUNDEINFRA	24

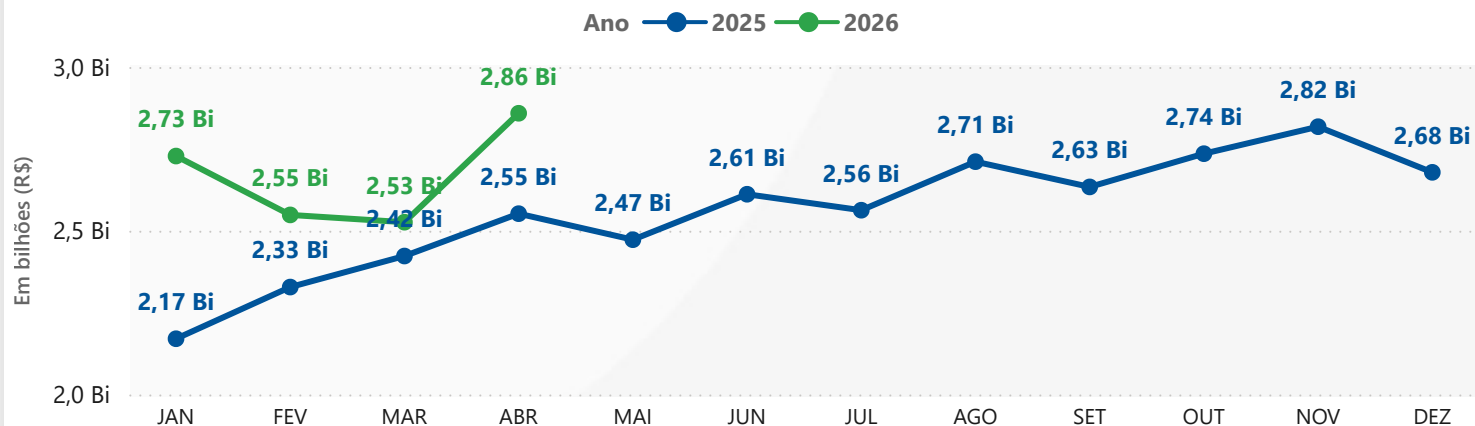
Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresenta-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.



# Arrecadação bruta do ICMS

## Comparativo entre exercícios

### Comparativo da Arrecadação de ICMS por mês



### Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)

Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Varição Percentual
COMBUSTÍVEL	2.347.184.277,73	2.950.296.973,43	▲ 25,70%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	1.913.184.288,58	2.051.902.388,11	▲ 7,25%
COMÉRCIO VAREJISTA	1.615.910.383,63	1.666.032.494,00	▲ 3,10%
COMUNICAÇÃO	182.919.168,59	223.607.527,82	▲ 22,24%
ENERGIA ELÉTRICA	697.832.700,73	927.640.241,87	▲ 32,93%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	31.360.108,70	22.615.383,30	▼ -27,88%
INDÚSTRIA	1.816.128.511,36	1.913.668.169,46	▲ 5,37%
OUTRAS	434.813.999,09	464.136.794,01	▲ 6,74%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	267.872.238,76	298.484.506,07	▲ 11,43%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	165.931.904,71	142.768.085,92	▼ -13,96%
<b>Total</b>	<b>9.473.137.581,88</b>	<b>10.661.152.563,99</b>	<b>12,54%</b>

### Arrecadação de ICMS por mês

Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Varição Percentual
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	▲ 25,71%
FEV	2.328.013.889,40	2.548.315.806,67	▲ 9,46%
MAR	2.422.794.072,51	2.526.061.561,33	▲ 4,26%
ABR	2.552.124.528,96	2.858.704.172,15	▲ 12,01%
<b>Total</b>	<b>9.473.137.581,88</b>	<b>10.661.152.563,99</b>	<b>12,54%</b>

No mês de abril de 2026, a arrecadação bruta de ICMS totalizou **R\$ 2,86 bilhões**, registrando crescimento de **12,01%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. No acumulado do primeiro quadrimestre, a arrecadação alcançou **R\$ 10,66 bilhões**, representando expansão de **12,54%** frente ao mesmo intervalo de 2025.

O desempenho observado no período foi impulsionado, principalmente, pelos setores de combustíveis, energia elétrica, comunicação, indústria, comércio atacadista e comércio varejista. O segmento de combustíveis permaneceu como principal vetor de crescimento da arrecadação estadual, acumulando expansão de **25,70%** no quadrimestre.

O setor de energia elétrica cresceu no acumulado **32,93%** em relação a 2025, refletindo o reajuste tarifário aplicado à principal distribuidora do estado, a arrecadação decorrente do programa "Negocie Já II" e o aumento da percepção de risco tributário.

Entre os setores de maior representatividade econômica, a indústria registrou crescimento de **10,98%** no mês de abril. O comércio atacadista e distribuidor apresentou expansão de **12,48%**, impulsionado principalmente pelos segmentos de medicamentos, construção civil e máquinas. Já o comércio varejista registrou crescimento de **8,62%**, mesmo diante de um ambiente econômico ainda caracterizado por juros elevados e maior seletividade do consumo das famílias.

Por outro lado, alguns segmentos apresentaram retração no acumulado do ano, com destaque para a produção agropecuária, que registrou variação de **-13,96%**, e para o setor extrativo mineral ou fóssil, com retração de **-27,88%**, refletindo fatores específicos que impactaram negativamente a arrecadação desses segmentos no período.

# Análise do Setor

## Combustível

### Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Combustíveis (GCOM)

#### ICMS Arrecadado pelo Setor: Abril

**737.222.117,47**

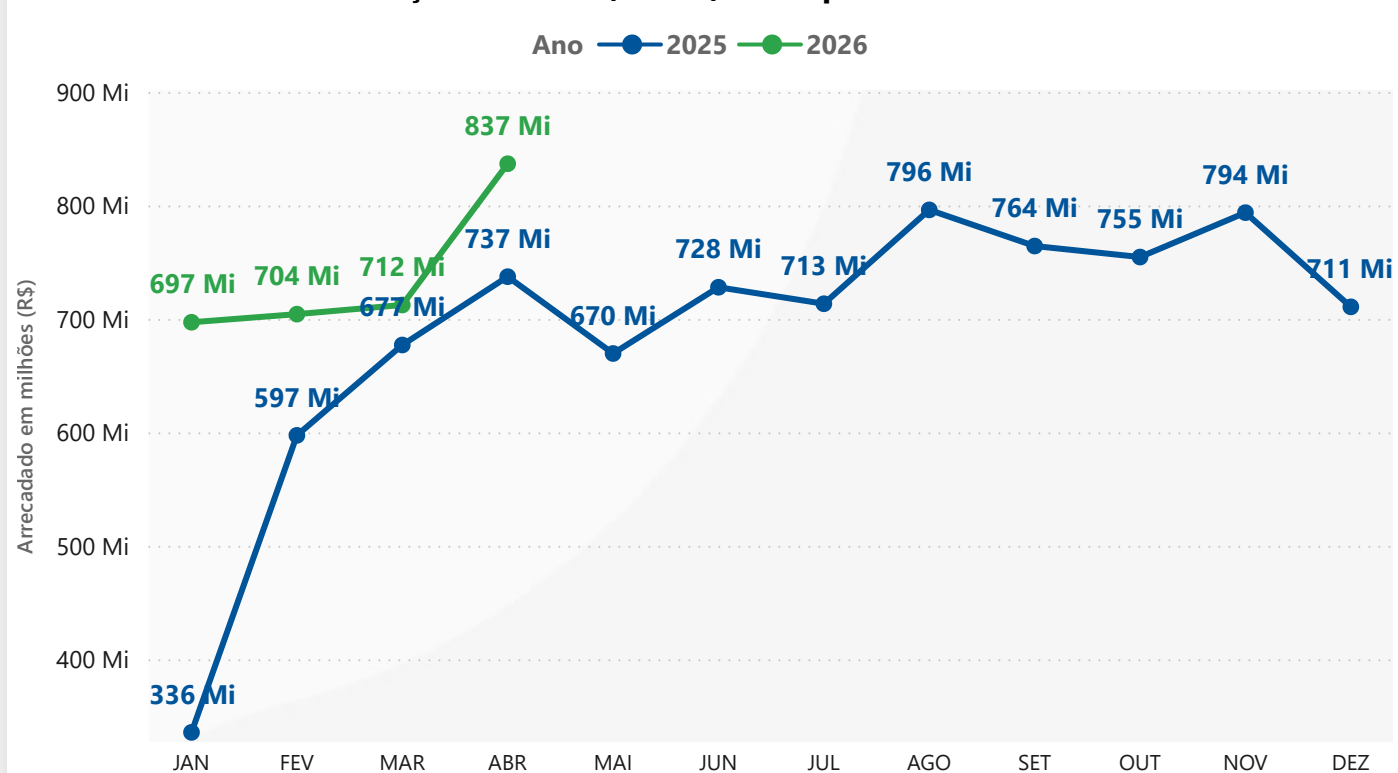
2025

**836.776.586,40**

2026

**13,50%**

#### Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



O crescimento de **25,70%** na arrecadação acumulada do setor de combustíveis em 2026, em comparação ao mesmo período do exercício anterior, decorre, em grande medida, da alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes do segmento, implementada no início de 2025. Com o novo cronograma, o recolhimento de parcela significativa do ICMS do setor, anteriormente realizado no próprio mês da operação, passou a ocorrer até o décimo dia do mês subsequente. Essa mudança reduziu a base de comparação de janeiro de 2025, primeiro mês de vigência da nova sistemática, ampliando o crescimento apurado na análise da arrecadação de 2026.

Em relação ao resultado de abril de 2026, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, a arrecadação apresentou crescimento de **13,50%**. Entre os principais fatores explicativos destacam-se a atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e a evolução dos volumes comercializados no período.

No intervalo analisado, as alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas a partir de **1º de janeiro de 2026**, conforme os Convênios ICMS nº 112/25 e 113/25. Os reajustes corresponderam a aumentos de **6,8%** para gasolina e etanol anidro, **4,5%** para óleo diesel e biodiesel, e **5,8%** para o GLP. As alterações contribuíram positivamente para a arrecadação dos meses subsequentes, influenciando de maneira relevante o desempenho observado em abril de 2026.

Adicionalmente, os volumes de GLP, gasolina e óleo diesel destinados ao consumo em Goiás em março de 2026 apresentaram crescimento em relação a março de 2025, com variações de **20,20%**, **19,39%** e **11,19%**, respectivamente. Em sentido oposto, o volume de etanol hidratado registrou retração de **8,94%**. No mesmo período, a comercialização de etanol anidro goiano destinada a outras unidades da Federação apresentou crescimento relevante de **11,2%**. Em conjunto, esses fatores contribuíram para o aumento verificado na arrecadação do setor em abril de 2026.

# Análise do Setor

## Energia Elétrica

### ICMS Arrecadado pelo Setor: Abril

**190.941.047,73**

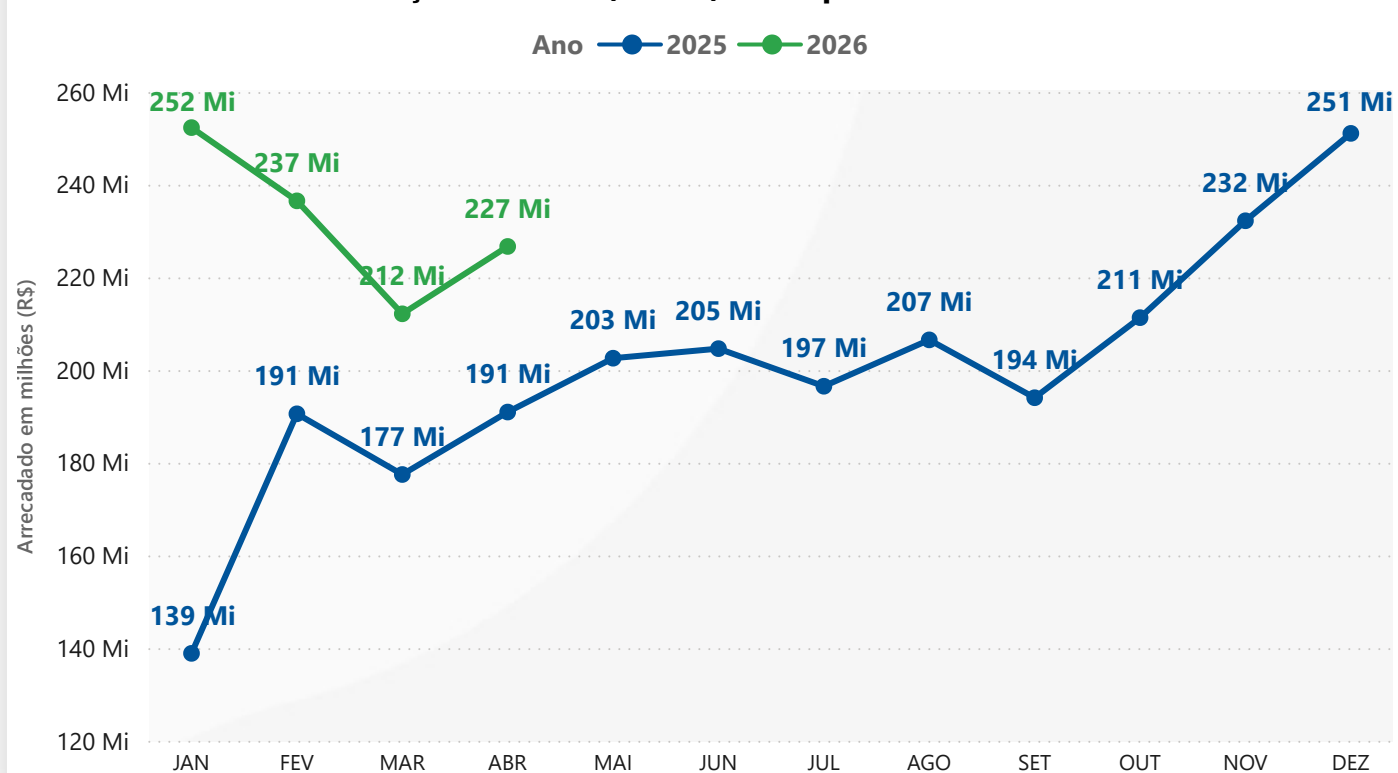
2025

**226.672.401,84**

2026

**18,71%**

### Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



### Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

Com a bandeira tarifária mantida em seu menor patamar, bandeira verde, nos dois períodos de referência analisados, sem incidência de custo adicional ao consumidor, a arrecadação total de ICMS referente às operações com energia elétrica no mês de abril de 2026 apresentou crescimento de **18,71%** em relação ao mesmo período do exercício anterior.

O desempenho positivo da arrecadação decorreu de fatores favoráveis que superaram os impactos negativos observados no período. Entre os principais fatores positivos, destaca-se o reajuste tarifário médio de **18,5%**, vigente a partir de **22/10/2025**, aplicado à maior distribuidora de energia do estado de Goiás.

Também contribuiu para o resultado a quitação de créditos tributários no âmbito do programa "Negocie Já II", que proporcionou arrecadação da ordem de **R\$ 7 milhões** em abril de 2026 por contribuintes do setor. Adicionalmente, observou-se aumento da percepção de risco por parte dos contribuintes em decorrência dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais direcionadas.

Por outro lado, entre os fatores que impactaram negativamente o desempenho da arrecadação, destaca-se o crescimento contínuo do número de consumidores participantes do SCEE — Sistema de Compensação de Energia Elétrica —, especialmente após a vigência da medida cautelar da ADI **5049774-14.2025.8.09.0000**.

# Análise do Setor

## Comunicação

### ICMS Arrecadado pelo Setor: Abril

### Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

**54.418.860,66**

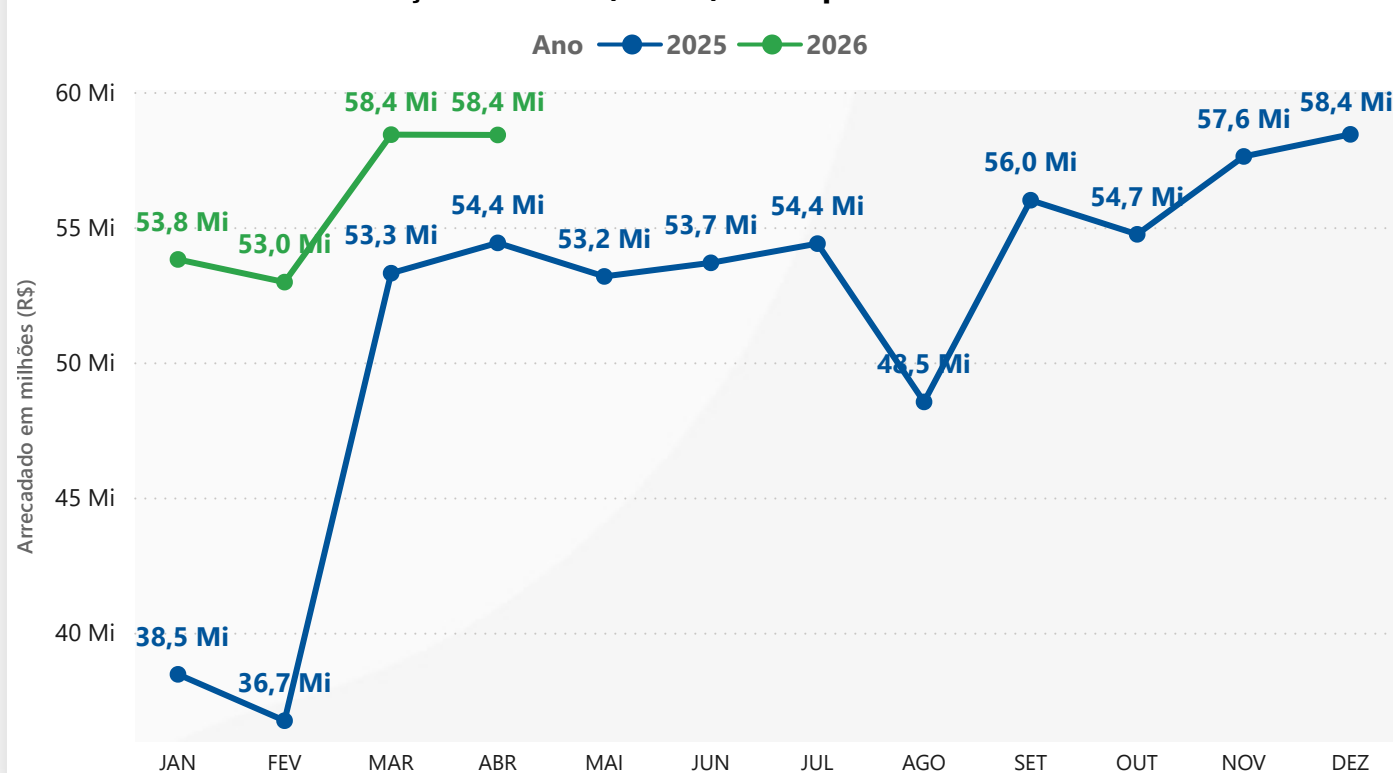
2025

**58.411.209,30**

2026

**7,34%**

#### Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicações apresentou crescimento de **7,34%** em relação ao mesmo período do exercício anterior, representando incremento aproximado de **R\$ 4 milhões** na receita do setor. O resultado confirma a característica de previsibilidade e estabilidade da arrecadação vinculada às atividades de comunicações.

# Análise do Setor

## Indústria

### Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

#### ICMS Arrecadado pelo Setor: Abril

**481.860.344,71**

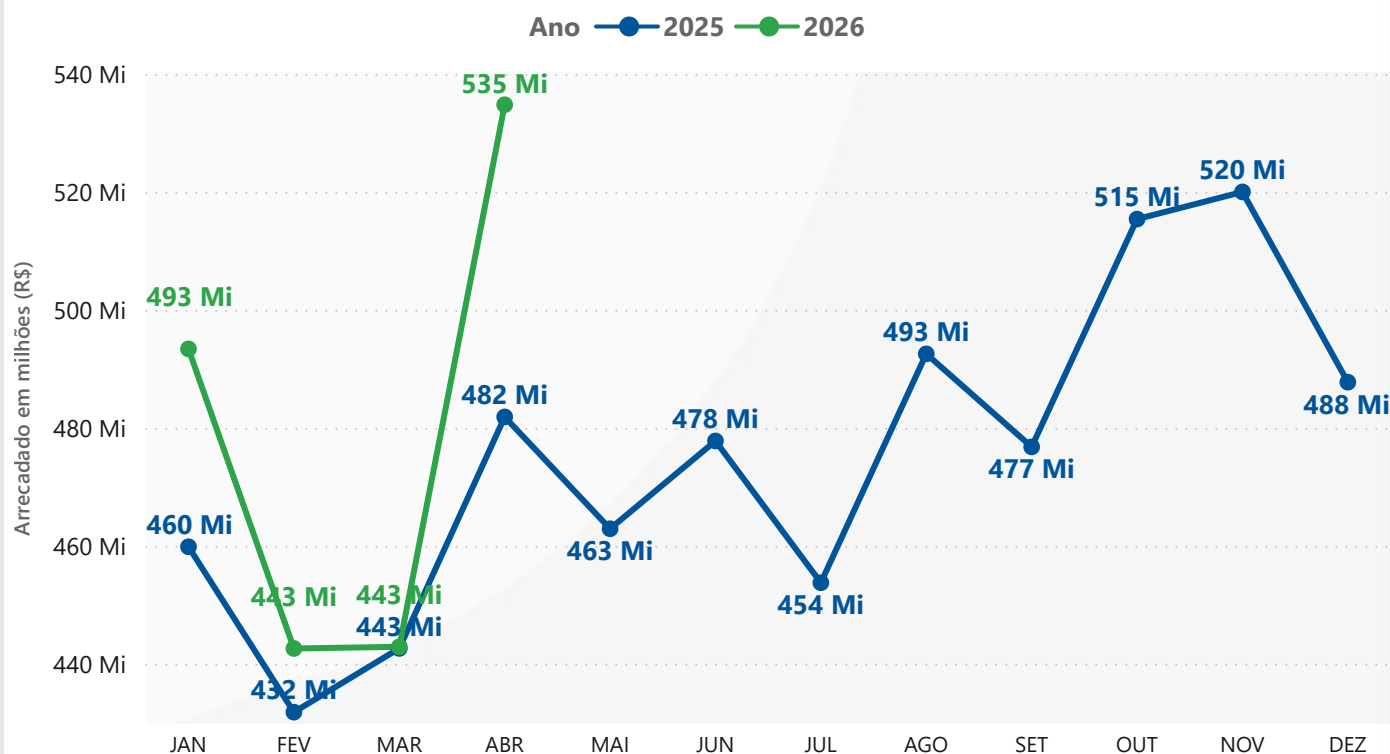
2025

**534.787.334,34**

2026

**10,98%**

#### Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



O ICMS arrecadado pela atividade industrial em abril de 2026 totalizou **R\$ 534,8 milhões**, registrando crescimento de **10,98%** em relação a abril de 2025. O resultado representou o maior patamar mensal do setor em 2026, superando os valores observados nos meses de janeiro, fevereiro e março. No acumulado de janeiro a abril, a arrecadação alcançou **R\$ 1,914 bilhão**, com expansão de **5,37%** frente ao mesmo período do exercício anterior.

O desempenho positivo foi sustentado por segmentos relevantes da indústria goiana, com destaque para veículos e peças (+22%), alimentos (+13%) e bebidas (+10%). Também foi observado avanço mais moderado nos segmentos de produtos químicos, higiene, limpeza, papelaria e embalagens (+3%). Em sentido oposto, registraram retração as indústrias de lácteos (-10%), vestuário (-8%) e agronegócio (-6%), movimentos que atenuaram parcialmente o desempenho agregado do setor.

A análise do contexto econômico indica que o resultado da arrecadação industrial goiana em abril é compatível com um cenário de recuperação mais consistente na margem. No plano nacional, a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE apontou variação positiva da produção industrial em março de 2026 frente a fevereiro, enquanto o confronto interanual evidenciou crescimento relevante da atividade industrial. A Sondagem Industrial da CNI reforça esse cenário, com índice de evolução da produção acima da linha de **50 pontos**, embora o indicador de emprego tenha permanecido abaixo desse patamar, evidenciando ambiente de recuperação ainda heterogêneo.

Entre os condicionantes macroeconômicos relevantes, destacam-se a redução da taxa Selic para **14,50%** ao ano, acompanhada de uma comunicação cautelosa do Banco Central, e a transição da bandeira tarifária verde para amarela a partir de maio, que introduz pressão adicional sobre os custos de energia. No comércio exterior, o crescimento das importações de produtos da indústria de transformação recomenda monitoramento nos segmentos mais expostos à competição internacional.

Entre os principais riscos prospectivos para o setor industrial, destacam-se a manutenção de condições financeiras ainda restritivas, o aumento do custo da energia elétrica, indicadores de emprego industrial ainda abaixo da linha de **50 pontos**, a redução consecutiva da intenção de investimento observada na sondagem da CNI e o avanço das importações industriais.

# Análise do Setor

## Comércio Atacadista e Distribuidor

### ICMS Arrecadado pelo Setor: Abril

**492.664.964,90**

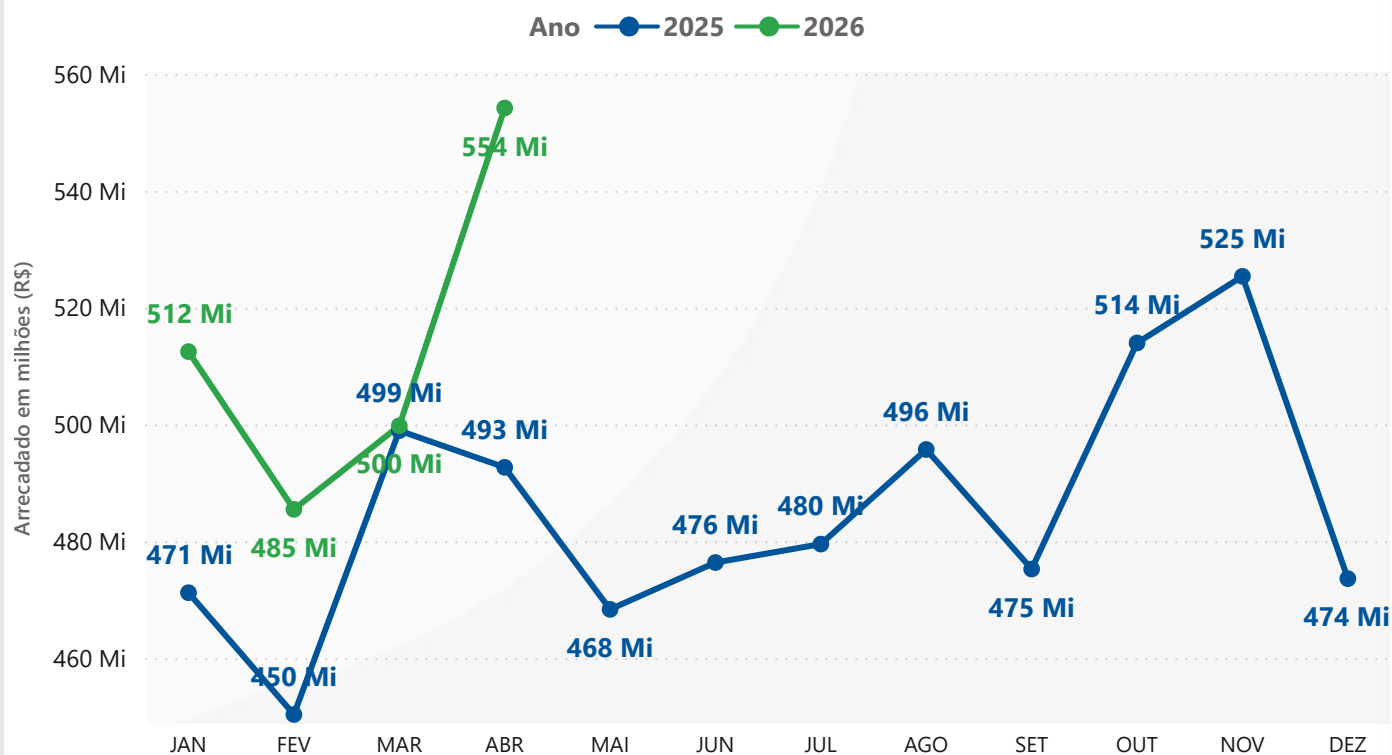
2025

**554.169.926,04**

2026

**12,48%**

### Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



### Subsecretaria da Receita Estadual

#### Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

O ICMS arrecadado pelo comércio atacadista e distribuidor totalizou **R\$ 554,1 milhões** em abril de 2026, registrando crescimento de **12,48%** em relação ao mesmo mês de 2025 e estabelecendo o maior nível mensal do setor em 2026. No acumulado do primeiro quadrimestre, a arrecadação alcançou **R\$ 2,052 bilhões**, com expansão de **7,25%** frente ao mesmo período do exercício anterior.

O avanço da arrecadação mostrou-se amplamente disseminado entre os segmentos do setor, com destaque para o atacado de medicamentos e produtos hospitalares, que apresentou crescimento de **30,4%**, seguido pelos segmentos de construção civil, mineração e máquinas (**25,3%**) e fumo (**25,1%**). Também registraram desempenho positivo os segmentos de produtos químicos, higiene, limpeza, papelaria e embalagens (**10,7%**), veículos e peças (**10,6%**) e alimentos (**7,9%**). Em sentido oposto, apresentaram retração o atacado de bebidas (**-29,5%**) e o segmento atacadista ligado ao agronegócio (**-9,1%**).

No contexto nacional, a última leitura consolidada da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE disponível à época indicava manutenção do avanço do comércio varejista e do varejo ampliado, ambos em patamar elevado, cenário compatível com o desempenho observado na arrecadação estadual do setor atacadista em abril. Ainda assim, a política monetária permanece em processo de calibração, mantendo o crédito em nível restritivo para formação de estoques e financiamento de capital de giro.

Entre os principais riscos prospectivos para o setor atacadista, destacam-se a persistência de condições financeiras ainda restritivas, a necessidade de confirmação — por meio da divulgação da Pesquisa Mensal de Comércio referente a março — da continuidade do avanço do comércio nacional, o crescimento das importações e o monitoramento da sustentabilidade do elevado patamar de arrecadação observado em abril ao longo do segundo trimestre de 2026.

# Análise do Setor

## Comércio Varejista

### ICMS Arrecadado pelo Setor: Abril

**376.604.371,17**

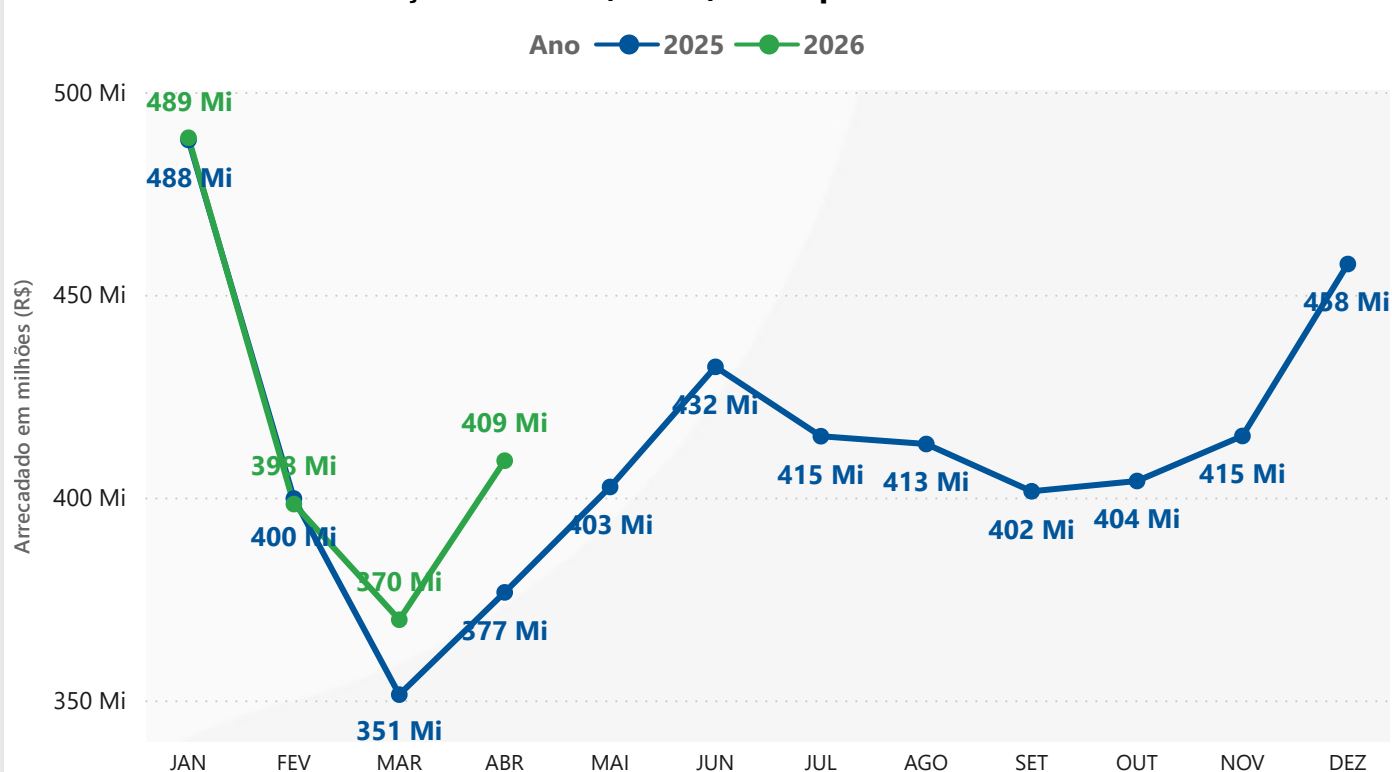
2025

**409.079.464,54**

2026

**8,62%**

### Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



### Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

Conforme relatórios da Secretaria de Economia de Goiás, a arrecadação de ICMS do comércio varejista goiano apresentou crescimento nominal acumulado de **3,10%** nos primeiros quatro meses de 2026, em comparação ao mesmo período do exercício anterior, com aceleração mais significativa nos dois últimos meses do período analisado.

No mês de abril de 2026, a arrecadação de ICMS registrou aumento de **8,62%** em relação ao mesmo período de 2025, desempenho superior ao índice inflacionário medido pelo IPCA acumulado nos últimos doze meses, que atingiu **4,14%**.

Em um cenário econômico caracterizado por incertezas, inflação persistente, oscilações nas taxas de juros e elevado nível de endividamento das famílias, os consumidores continuam priorizando itens de primeira necessidade, tornando-se mais seletivos em suas decisões de consumo.

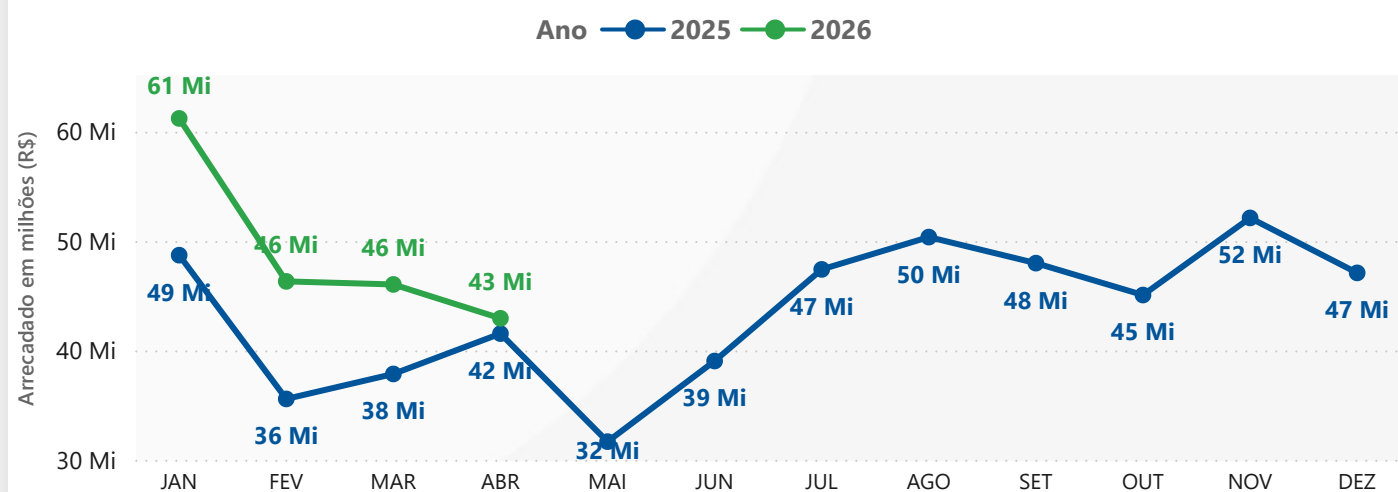
Entre os subgrupos do varejo que apresentaram crescimento, destacam-se os segmentos de alimentos; medicamentos e produtos hospitalares; produtos químicos de higiene e limpeza; construção civil; veículos e autopeças; móveis e eletroeletrônicos; e transporte. Por outro lado, os segmentos de vestuário e calçados registraram retração de receita no período analisado.

Observa-se, ainda, redução da inadimplência entre os grandes grupos econômicos do varejo, associada às ações de autorregularização, à arrecadação proveniente do programa "Negocie Já II" — ainda pouco expressiva — e às ações fiscais voltadas à identificação de irregularidades tributárias. Tais medidas contribuíram para elevar a percepção de risco dos contribuintes em relação ao descumprimento das obrigações fiscais, refletindo positivamente no desempenho da arrecadação.

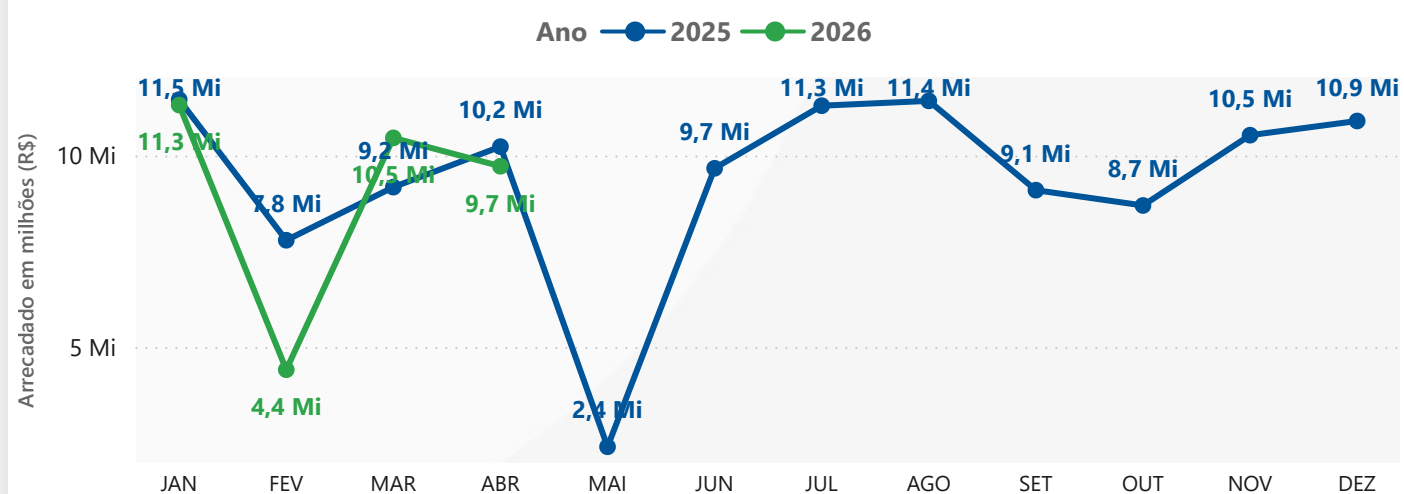
# Arrecadação do ICMS

## Operações de Importações

### Arrecadação ICMS Importação (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



### Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R\$)



## Subsecretaria da Receita Estadual

### Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

Em abril de 2026, o Estado de Goiás registrou **US\$ 1,5 bilhão** em exportações, com crescimento de **6,6%** em relação ao mesmo mês de 2025. As importações totalizaram **US\$ 425,4 milhões**, apresentando retração de **6,7%** na mesma base de comparação. Como resultado, o Estado obteve superávit comercial de aproximadamente **US\$ 1,0 bilhão**.

No ranking nacional, Goiás respondeu por **4,7%** das exportações brasileiras em abril de 2026, ocupando a **8ª posição** entre as unidades da Federação. Nas importações, a participação estadual foi de **1,8%**, posicionando Goiás na **11ª colocação** nacional.

No que se refere aos países parceiros nas exportações, a China aparece como principal destino,, concentrando **58,0%** das vendas externas do Estado no período. Na sequência, destacaram-se os Estados Unidos, com participação de **5,9%**, os Países Baixos/Holanda, com **4,3%**, o Paquistão, com **3,0%**, e o Canadá, com **2,8%**. O resultado evidencia a elevada concentração das exportações goianas no mercado chinês.

A pauta exportadora manteve a soja como principal produto comercializado, representando **59,4%** das exportações goianas em abril de 2026. Em seguida, destacaram-se as exportações de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (**12,7%**), farelos de soja e outros alimentos para animais (**5,9%**), ferro-gusa, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferroligas (**5,2%**) e carnes de aves (**3,1%**).

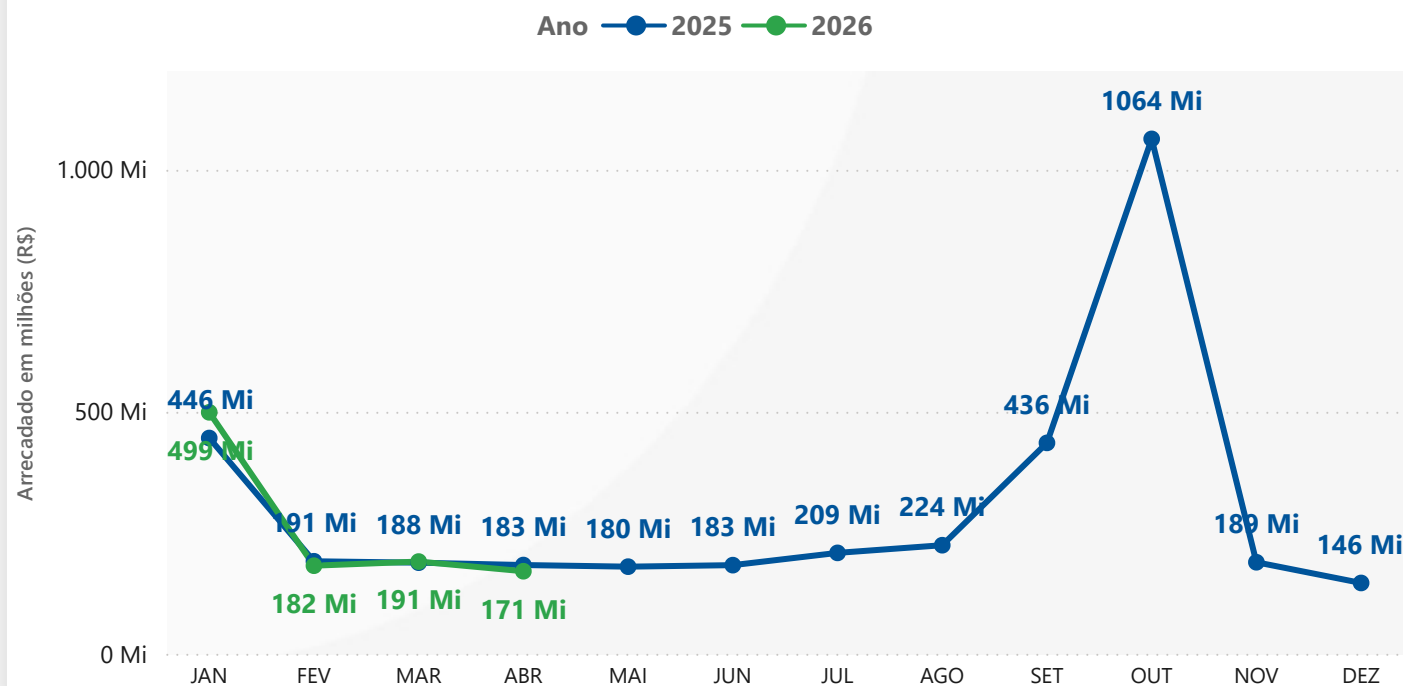
Nas importações, prevaleceram bens industriais, farmacêuticos, automotivos e insumos produtivos. O principal grupo importado foi o de medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários, responsável por **23,2%** do total importado. Na sequência, destacaram-se partes e acessórios de veículos automotivos (**14,8%**), outros medicamentos, inclusive veterinários (**10,2%**), motores de pistão e suas partes (**4,1%**), máquinas agrícolas e suas partes (**4,0%**), enxofre (**3,7%**) e adubos ou fertilizantes químicos (**3,5%**).

Em síntese, o comércio exterior goiano manteve perfil fortemente superavitário, sustentado principalmente pelas exportações de soja, carnes e produtos vinculados ao agronegócio e à indústria de transformação. Por outro lado, as importações permaneceram concentradas em medicamentos, autopeças, máquinas, fertilizantes e insumos industriais, refletindo a dependência de produtos oriundos do exterior, especialmente nos segmentos farmacêutico, automotivo, agroindustrial e de máquinas.

# Arrecadação bruta do IPVA

## Comparativo entre exercícios

### Comparativo da Arrecadação do IPVA por mês



### Arrecadação do IPVA por mês

Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Varição Percentual
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	▲ 11,91%
FEV	191.205.363,41	182.059.186,09	▼ -4,78%
MAR	188.295.490,76	190.589.823,21	▲ 1,22%
ABR	183.409.538,07	170.615.327,97	▼ -6,98%
<b>Total</b>	<b>1.008.765.840,33</b>	<b>1.042.206.619,79</b>	<b>3,32%</b>

## Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do IPVA (GIPVA)

A arrecadação de IPVA no mês de abril ficou **28,27%** abaixo do valor projetado, enquanto o resultado acumulado do exercício apresentou desempenho inferior em **8,77%**. O comportamento da receita foi impactado, principalmente, por três fatores.

O primeiro refere-se à ampliação da renúncia fiscal voltada às motocicletas de até 150cc e com mais de 6 anos de fabricação, com impacto estimado em aproximadamente **R\$ 77 milhões**.

O segundo fator está relacionado ao programa “Negocie Já II”, que promove redução da receita proveniente de encargos decorrentes da ação fiscal, sem, contudo, estimular incremento relevante na arrecadação do principal. No período de fevereiro a abril de 2025, foram arrecadados **R\$ 143 milhões** de principal e **R\$ 36 milhões** de encargos. Já no mesmo intervalo de 2026, a arrecadação atingiu **R\$ 131 milhões** de principal e apenas **R\$ 6 milhões** de encargos, representando redução aproximada de **R\$ 30 milhões** sem aumento significativo de adesão ao programa.

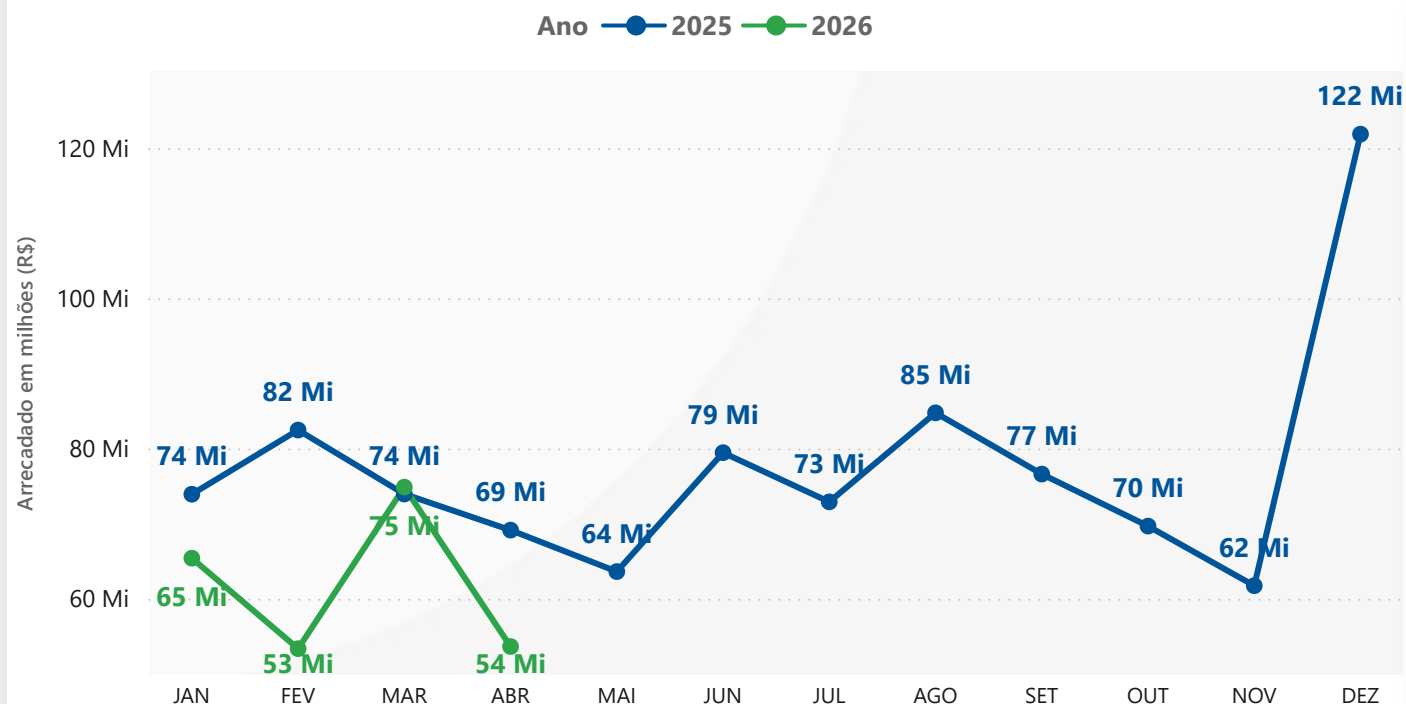
O terceiro fator decorre do atual calendário de parcelamento, que não exige regularidade no pagamento das parcelas subsequentes. Em abril de 2025, aproximadamente **217 mil** veículos efetuaram o pagamento da quarta parcela, enquanto em abril de 2026 esse quantitativo foi reduzido para **207 mil**, correspondendo a uma retração de **10 mil** veículos pagantes. Em comparação ao pagamento da primeira parcela em janeiro de 2026, que registrou **235 mil** veículos adimplentes, observa-se redução de aproximadamente **28 mil** contribuintes pagantes.

Como novidade, registrou-se a arrecadação de **R\$ 83 mil** decorrente da implementação da análise CADIN no processo de concessão da isenção do primeiro ano.

# Arrecadação bruta do ITCD

## Comparativo entre exercícios

### Comparativo da Arrecadação do ITCD por mês



### Arrecadação do ITCD por mês

Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Varição Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	▼ -11,52%
FEV	82.457.361,76	53.347.334,65	▼ -35,30%
MAR	73.938.199,35	74.857.625,45	▲ 1,24%
ABR	69.131.153,52	53.631.852,14	▼ -22,42%
<b>Total</b>	<b>299.440.768,96</b>	<b>247.233.011,13</b>	<b>-17,44%</b>

## Subsecretaria da Receita Estadual

### Gerência do ITCD (GITCD)

O ITCD não apresenta trajetória regular de arrecadação, podendo ocorrer oscilações relevantes em comparação ao exercício anterior.

De maneira geral, a arrecadação observada no mês de abril reflete principalmente as declarações concluídas no mês de março, considerando que o DARE possui vencimento em até **30 dias**, além das declarações recebidas e quitadas no próprio mês.

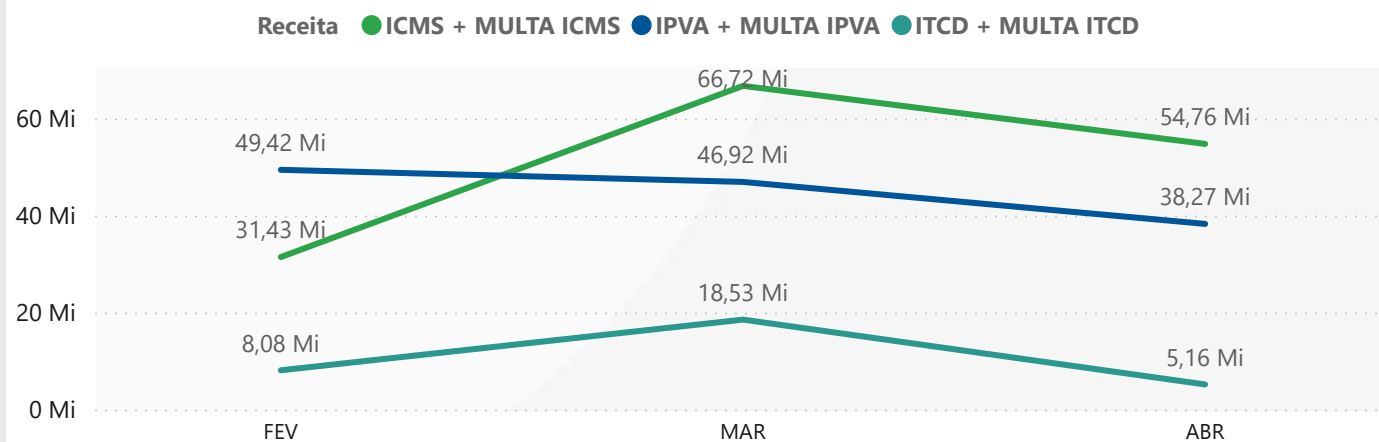
Sob a ótica quantitativa, foram concluídas **2.557** declarações no período, quantitativo considerado dentro da expectativa para o mês.

Destaca-se, ainda, a implantação do Módulo de Autorregularização em **28 de abril**, medida com potencial de impacto positivo sobre a arrecadação de 2026. A ferramenta permitirá o processamento automatizado das malhas fiscais, a identificação de inconsistências e o envio automatizado de comunicados aos contribuintes, viabilizando a regularização espontânea de pendências tributárias. A estimativa é de envio de mais de **3.000** comunicados ao longo de 2026.

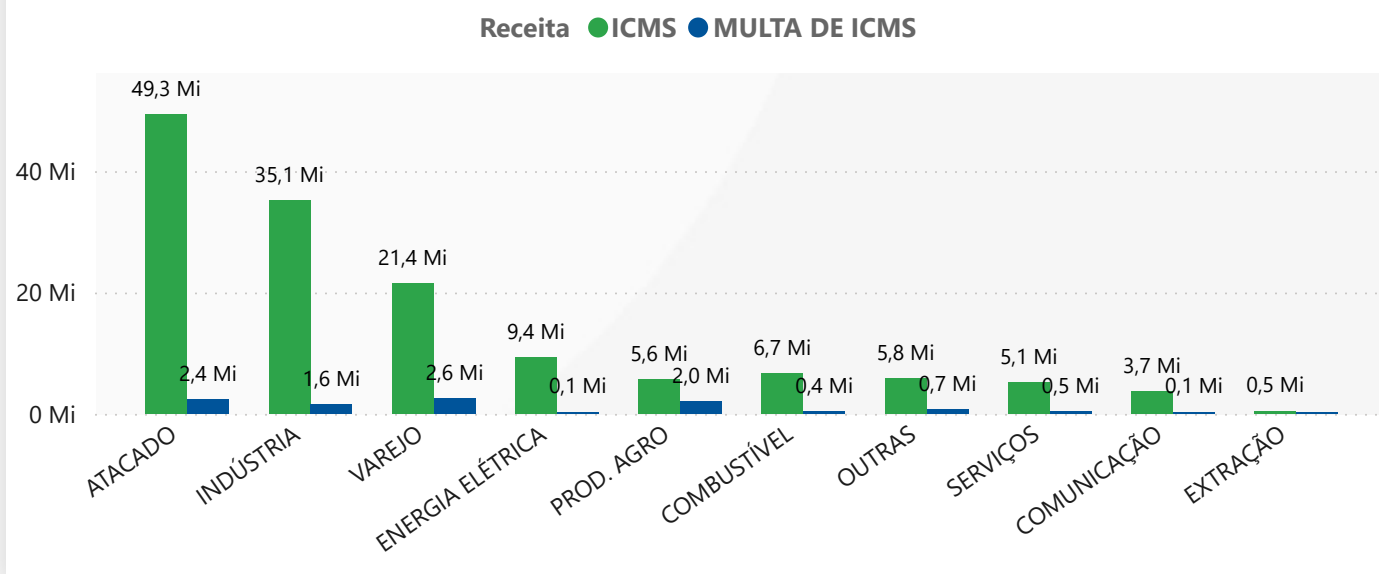
# Recuperação de créditos

## Programa Negocie Já II

### Arrecadação Negocie Já - Por Tipo de Receita e Mês - Ano: 2026 (em R\$)



### Arrecadação Total Negocie Já (ICMS e Multa ICMS) - Por Setor - 2026 (em R\$)



### Subsecretaria da Receita Estadual Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

No período acumulado, **93.871** contribuintes aderiram ao programa de renegociação fiscal "Negocie Já II", resultando em um montante global negociado da ordem de **R\$ 1,68 bilhão**. O balanço operacional do programa demonstra que as regularizações efetivadas contemplaram a quitação integral de **100.308** autos de infração, além do parcelamento de aproximadamente **52 mil** autuações.

Do volume financeiro total negociado, observou-se o ingresso imediato de **R\$ 311,31 milhões** nos cofres estaduais, enquanto o montante de **R\$ 1,37 bilhão** foi destinado à constituição da carteira de pagamentos a prazo.

A decomposição dos **R\$ 311,31 milhões** efetivamente arrecadados evidencia o ICMS como principal vetor de arrecadação do programa, com ingresso de **R\$ 143,75 milhões**. Na sequência, o IPVA respondeu por **R\$ 131,50 milhões** da receita arrecadada. Complementando o quadro de recolhimentos, o ITCD totalizou **R\$ 31,24 milhões**, enquanto as penas pecuniárias geraram arrecadação de **R\$ 4,82 milhões**.

No que se refere aos créditos tributários com pagamento diferido, a carteira de parcelamentos constituída, da ordem de **R\$ 1,37 bilhão**, é também majoritariamente concentrada em débitos de ICMS, que representam aproximadamente **R\$ 1,29 bilhão** desse total. O saldo a receber vinculado aos acordos de IPVA corresponde a **R\$ 54,71 milhões**, enquanto os valores projetados para o ITCD alcançam **R\$ 24,01 milhões**.

# Arrecadação do PROTEGE

## Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação do PROTEGE por mês



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano

Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Varição Percentual
JAN	186.588.077,81	188.759.007,18	▲ 1,16%
FEV	174.589.336,83	164.843.893,75	▼ -5,58%
MAR	177.312.252,17	172.736.299,46	▼ -2,58%
ABR	186.508.884,80	196.839.741,43	▲ 5,54%
<b>Total</b>	<b>724.998.551,61</b>	<b>723.178.941,82</b>	<b>-0,25%</b>

## Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

A arrecadação do PROTEGE no mês de abril de 2026 totalizou **R\$ 196,8 milhões**, resultado **5,54%** superior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior, quando foram arrecadados **R\$ 186,5 milhões**.

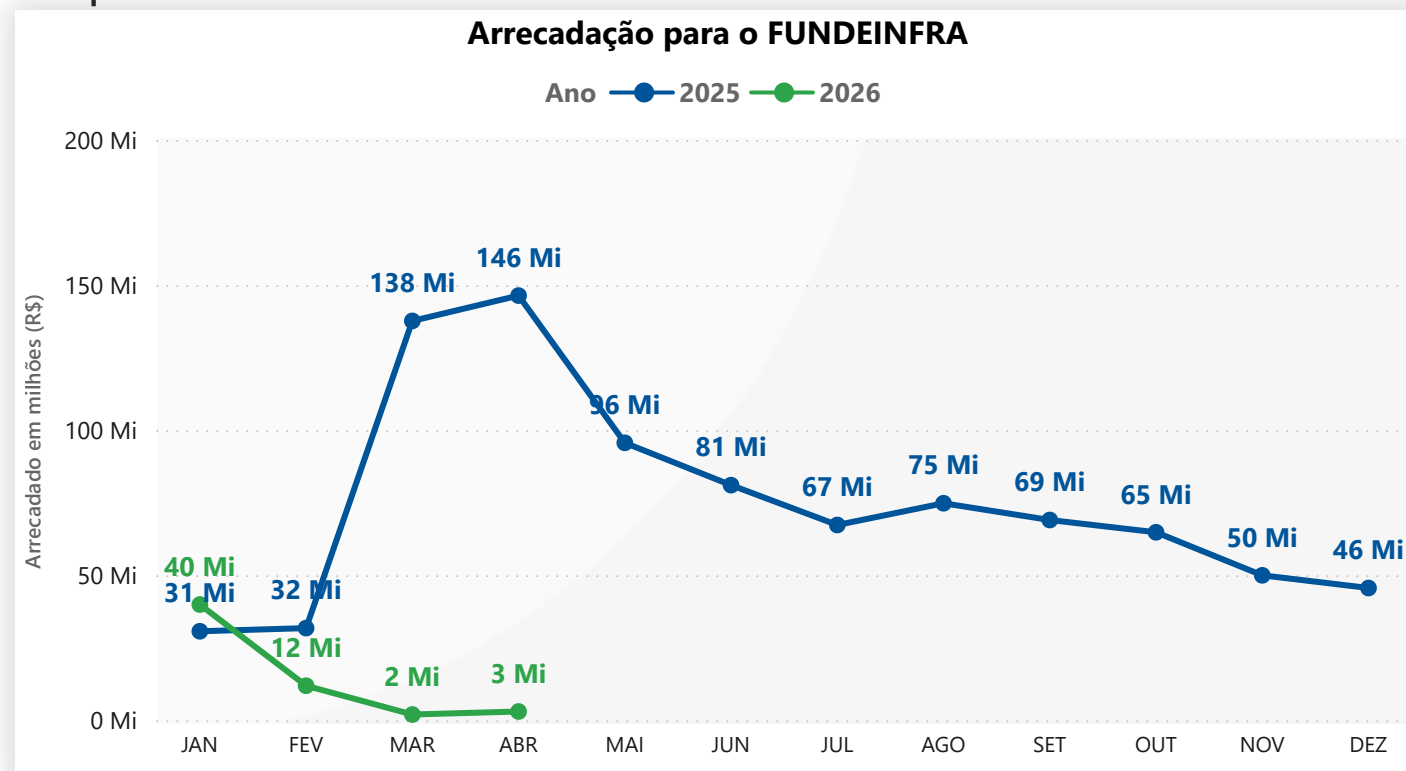
Historicamente, a arrecadação mensal do PROTEGE não apresenta oscilações significativas, com desvios em relação à média geralmente inferiores a **10%**, exceto em situações atípicas.

A retração de **0,25%** observada no acumulado do primeiro quadrimestre está associada, principalmente, ao menor desempenho econômico das indústrias beneficiárias dos programas Fomentar e Produzir, responsáveis pelo recolhimento vinculado ao código de receita **4888**. Esse cenário reduz o volume de operações realizadas por essas empresas e, conseqüentemente, o montante de ICMS financiado. Como o PROTEGE corresponde a uma contrapartida calculada como percentual sobre esse valor, observa-se impacto direto sobre a arrecadação do fundo.

Adicionalmente, verifica-se que as indústrias enquadradas no PROGOIÁS também vêm apresentando menor volume de recolhimento no código de receita **4990**, reforçando a percepção de desempenho mais moderado da atividade industrial de forma geral.

# Arrecadação do FUNDEINFRA

## Comparativo entre exercícios



### Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês

Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Varição Percentual
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	▲ 30,06%
FEV	31.749.174,83	11.892.770,23	▼ -62,54%
MAR	137.635.617,04	1.975.210,12	▼ -98,56%
ABR	146.364.912,35	3.009.574,32	▼ -97,94%
<b>Total</b>	<b>346.414.440,60</b>	<b>56.760.643,33</b>	<b>-83,61%</b>

### Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Com a publicação da Lei nº **24.133**, de **13 de março de 2026**, foi encerrada a contribuição destinada ao FUNDEINFRA. Em decorrência da alteração legislativa, os fatos geradores relativos ao fundo produziram efeitos apenas até **31/12/2025**.

Dessa forma, não se projeta arrecadação relevante para o FUNDEINFRA nos próximos meses, sendo esperada, adicionalmente, a restituição de parcela significativa dos valores arrecadados a partir de fevereiro de 2026.

Nesse contexto, a arrecadação do FUNDEINFRA no valor de **R\$ 3 milhões** em abril de 2026 representa apenas receita residual, decorrente, principalmente, de recolhimentos em atraso vinculados a fatos geradores ocorridos em 2025.

## 3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1	Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2	Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3	Despesa Liquidada	30
3.4	Mínimos Constitucionais	31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.



# Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Incluindo Poderes**

## 54,58 Bi

Realizado até abril  
**Dotação Autorizada**

## 26,33 Bi

Realizado até abril  
**Valor Empenhado**

## 15,62 Bi

Realizado até abril  
**Valor liquidado**

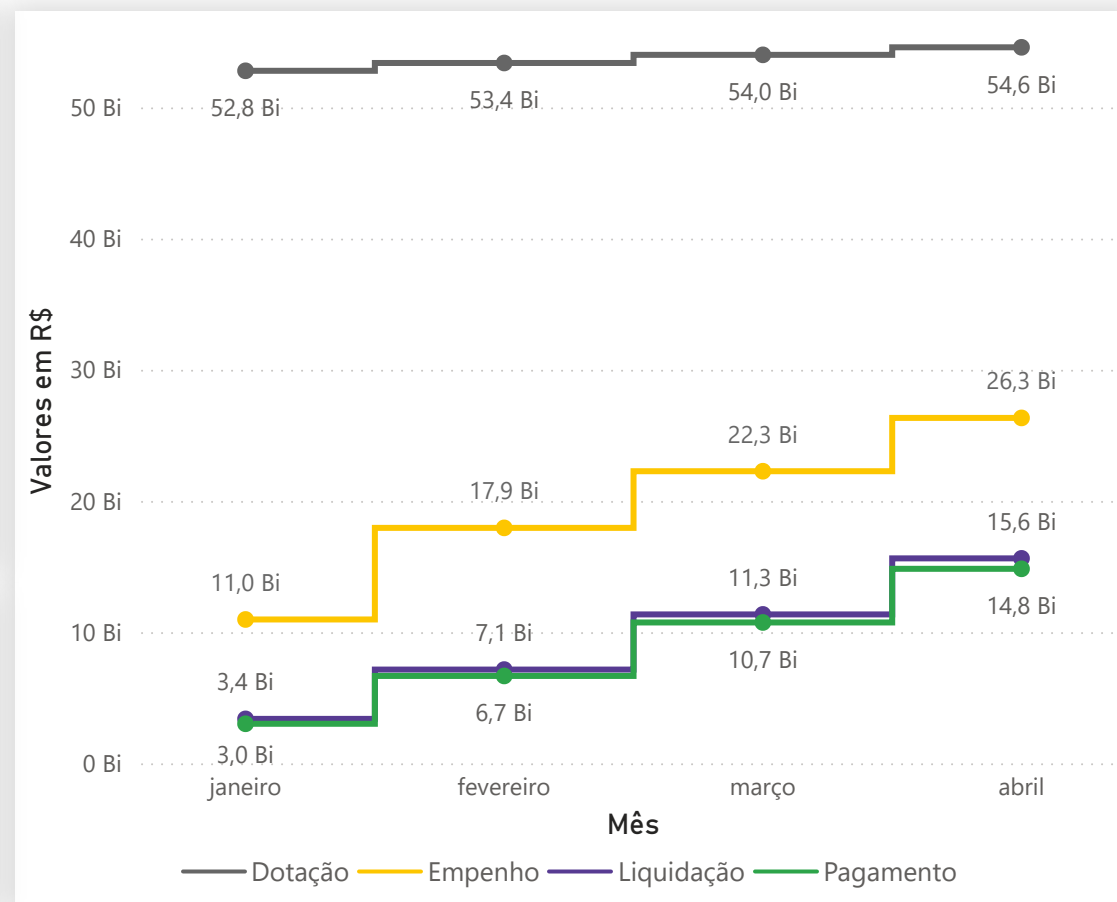
## 14,82 Bi

Realizado até abril  
**Valor Pago**

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	29.090 Mi	10.196 Mi	9.461 Mi	9.118 Mi	35,05%	92,79%	96,38%
2	408 Mi	283 Mi	101 Mi	101 Mi	69,42%	35,63%	100,00%
3	16.898 Mi	12.482 Mi	5.209 Mi	4.810 Mi	73,86%	41,73%	92,34%
4	5.810 Mi	2.611 Mi	563 Mi	509 Mi	44,95%	21,54%	90,42%
5	39 Mi	7 Mi	7 Mi	7 Mi	17,76%	100,00%	99,85%
6	1.012 Mi	747 Mi	279 Mi	279 Mi	73,77%	37,31%	100,00%
9	1.320 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
<b>Total</b>	<b>54.577 Mi</b>	<b>26.326 Mi</b>	<b>15.619 Mi</b>	<b>14.823 Mi</b>	<b>48,24%</b>	<b>59,33%</b>	<b>94,90%</b>

Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em abril de 2026, foram empenhados **R\$ 26,33 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 15,62 bilhões**, correspondendo a **59,33%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até abril de 2026 totalizam **R\$ 14,82 bilhões**, o que representa **94,90%** do valor liquidado.



# Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Apenas Executivo**

## 47,00 Bi

Realizado até abril  
**Dotação Autorizada**

## 22,47 Bi

Realizado até abril  
**Valor Empenhado**

## 13,25 Bi

Realizado até abril  
**Valor liquidado**

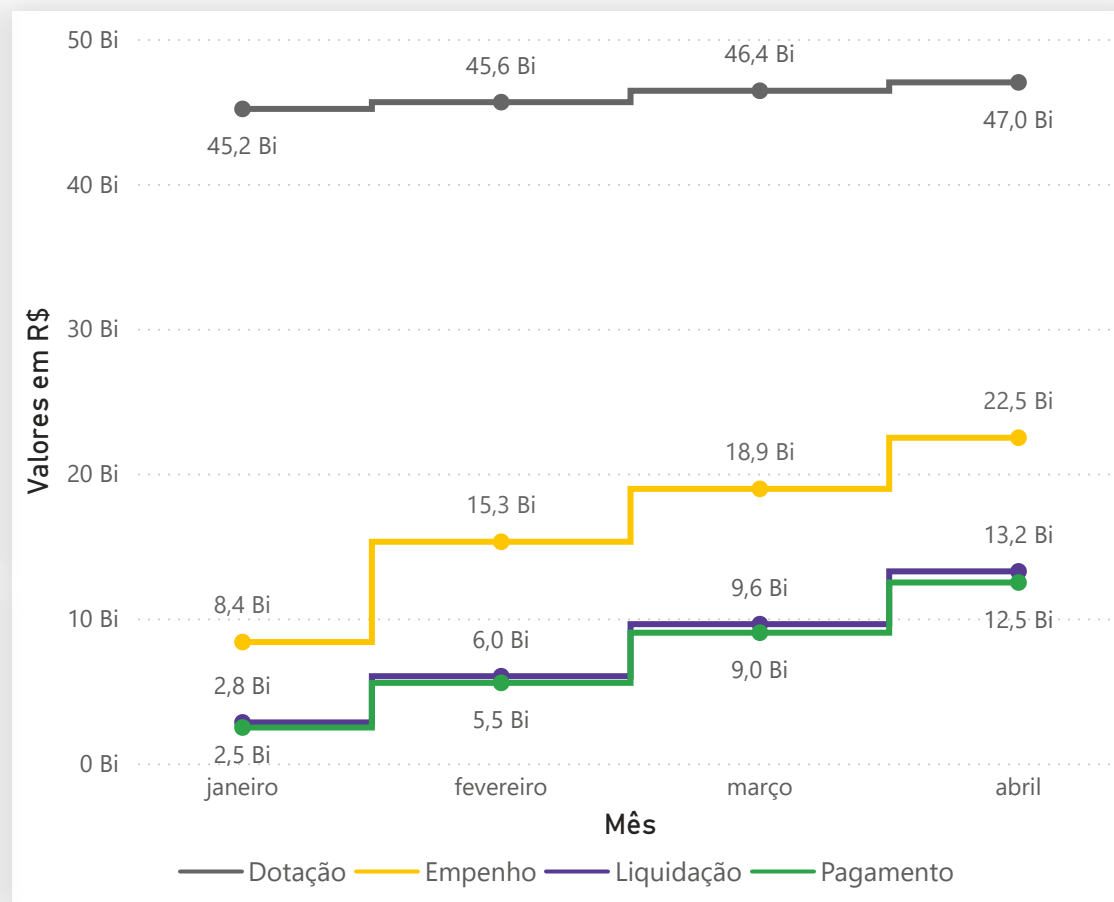
## 12,48 Bi

Realizado até abril  
**Valor Pago**

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	24.367 Mi	8.013 Mi	7.737 Mi	7.411 Mi	32,89%	96,56%	95,77%
2	408 Mi	283 Mi	101 Mi	101 Mi	69,42%	35,63%	100,00%
3	14.659 Mi	10.926 Mi	4.571 Mi	4.184 Mi	74,53%	41,84%	91,51%
4	5.214 Mi	2.498 Mi	552 Mi	498 Mi	47,91%	22,09%	90,30%
5	24 Mi	7 Mi	7 Mi	7 Mi	28,97%	100,00%	99,85%
6	1.012 Mi	747 Mi	279 Mi	279 Mi	73,77%	37,31%	100,00%
9	1.320 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
<b>Total</b>	<b>47.004 Mi</b>	<b>22.474 Mi</b>	<b>13.247 Mi</b>	<b>12.479 Mi</b>	<b>47,81%</b>	<b>58,94%</b>	<b>94,20%</b>

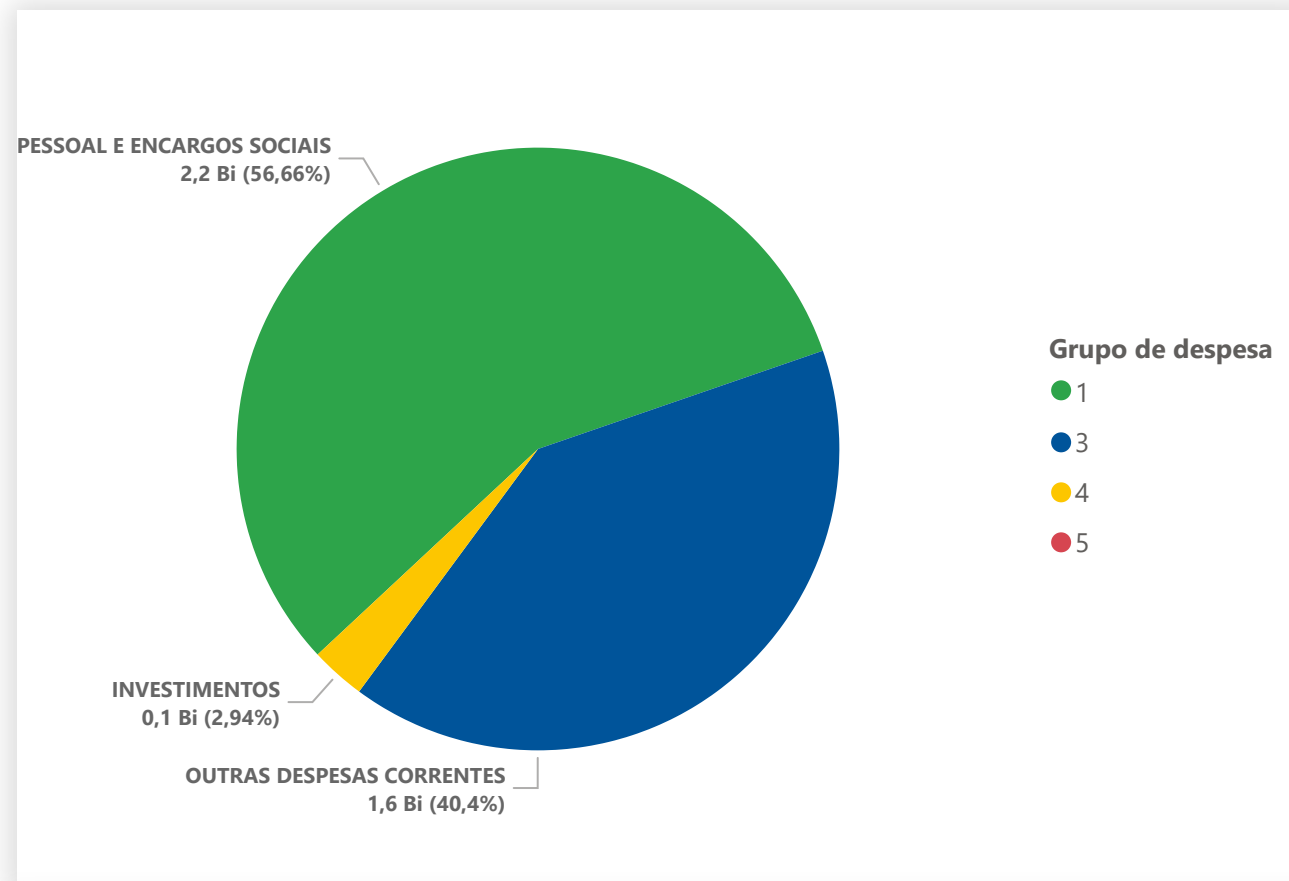
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que até **abril** de 2026, foram empenhados **R\$ 22,47 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 13,25 bilhões**, correspondendo a **58,94%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados totalizam **R\$ 12,48 bilhões**, o que representa **94,20%** do valor liquidado.

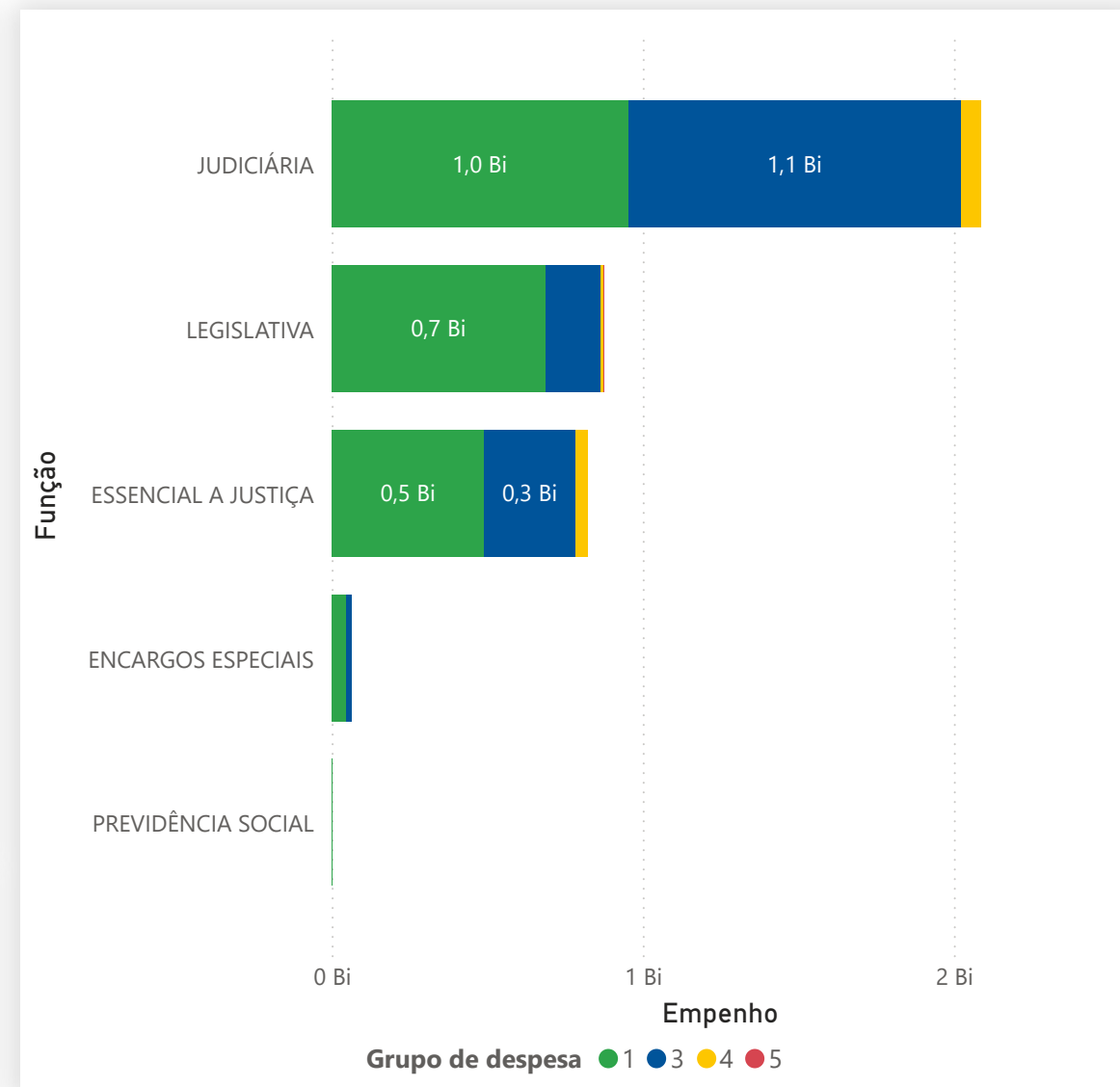


# Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - **Outros Poderes**

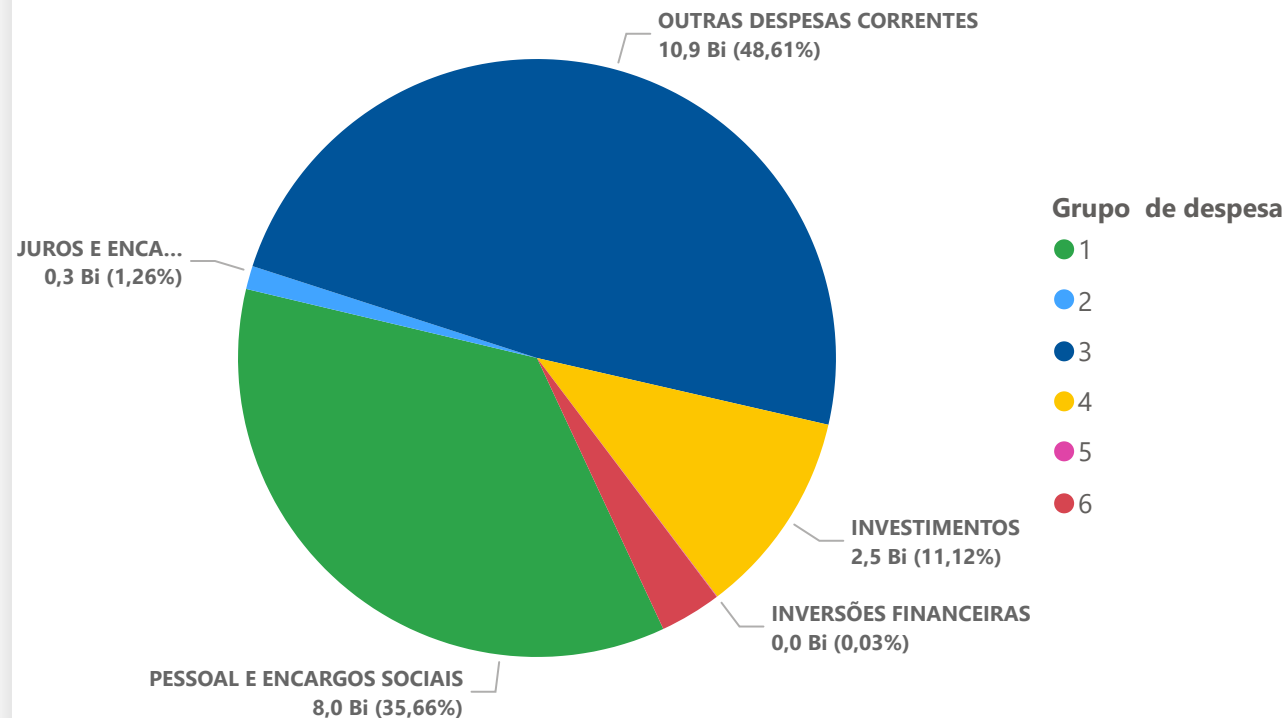


No gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **56,66%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **40,40%**. Por fim, os Investimentos representam **2,94%**.



# Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo



No Gráfico apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é Outras Despesas Correntes, correspondendo a **48,61%** do total. Em seguida, destacam-se as despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **35,66%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **11,12%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.



# Despesa liquidada

Comparativo anual - Apenas Executivo

## 13,25 Bi

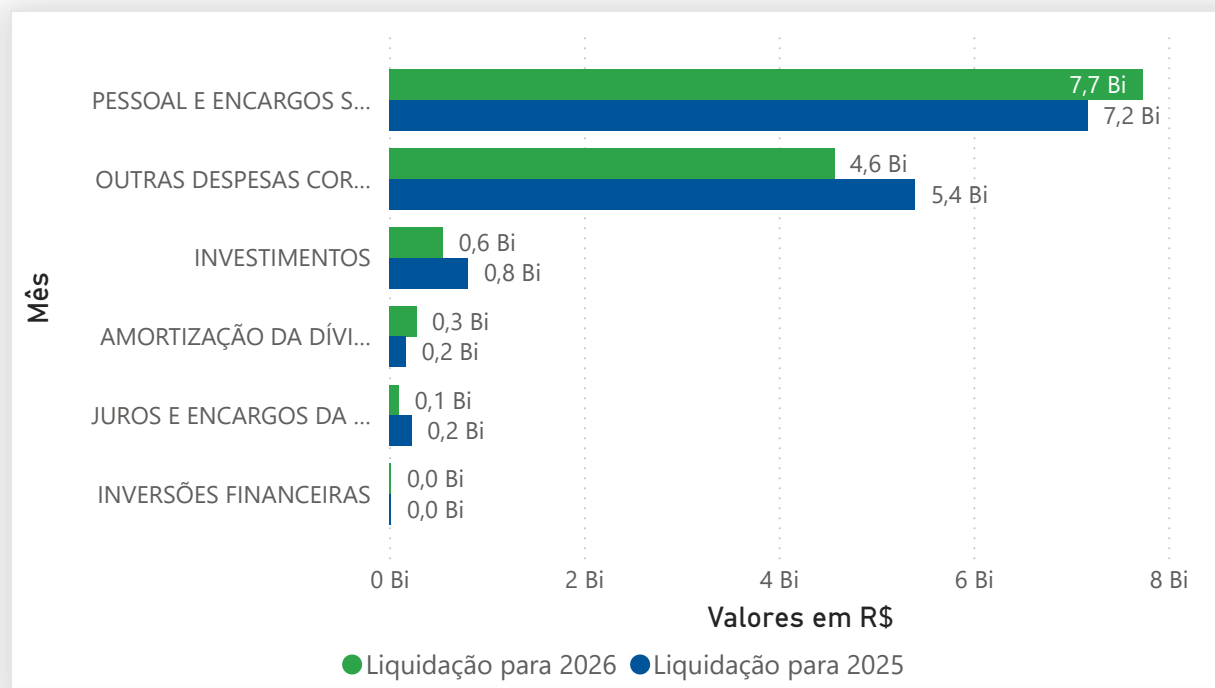
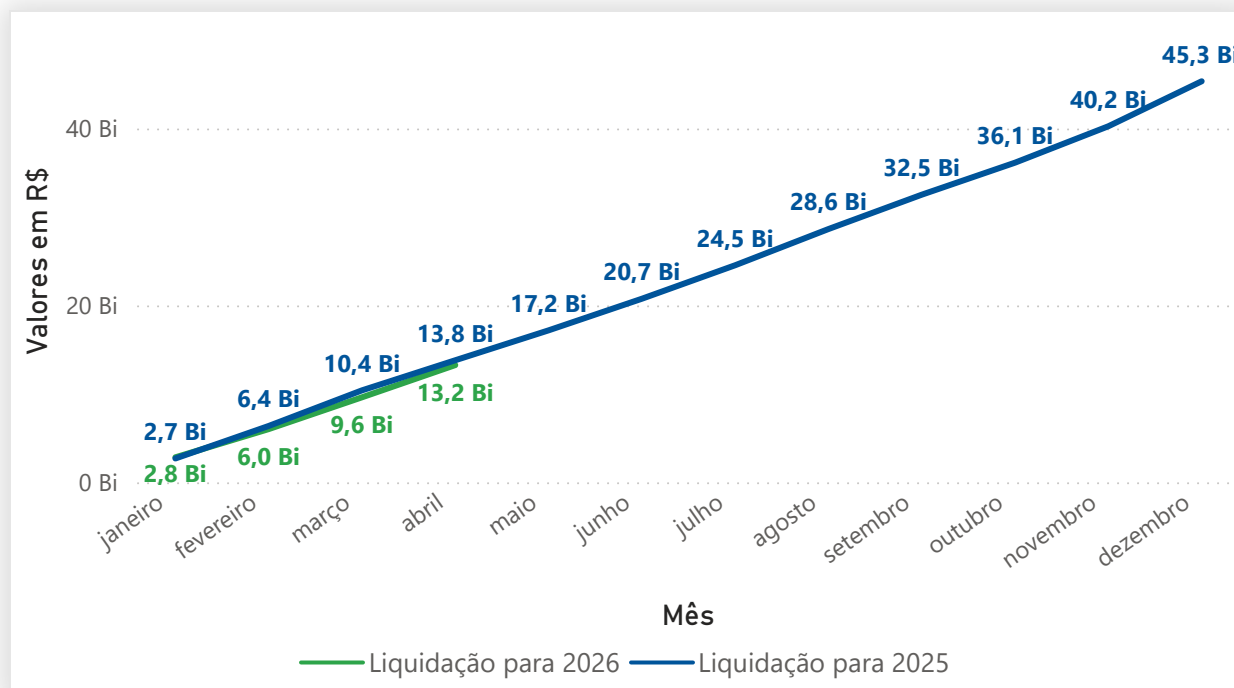
Realizado até abril  
Despesa Liquidada em 2026

## 13,79 Bi

Realizado até abril  
Despesa Liquidada em 2025

## -3,96%

Variação (%)  
Despesa Total Liquidada

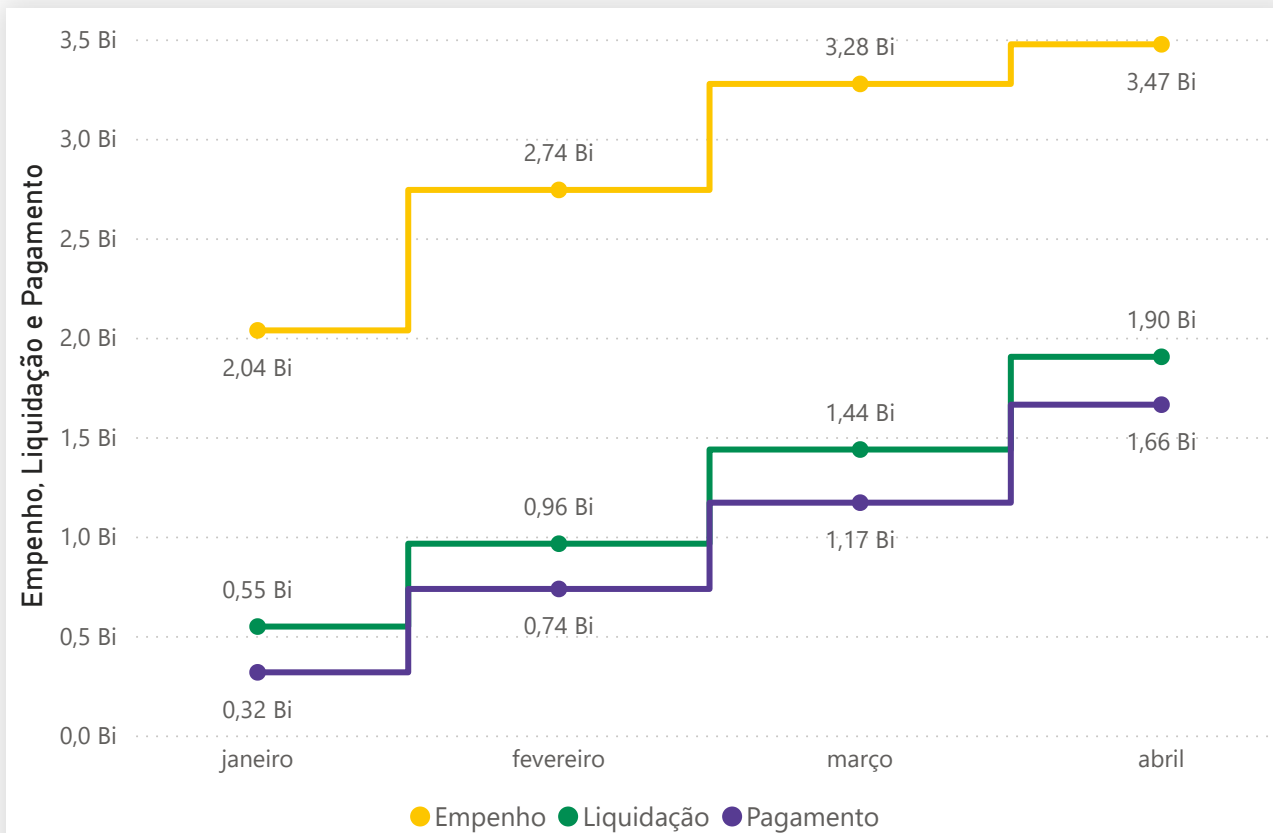


Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada até abril de 2026 foi de **R\$ 13,25 bilhões**, o que representa uma queda de **-3,96%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R\$ 13,79 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R\$ 7,74 bilhões (+7,92%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R\$ 4,57 bilhões (-15,34%)** e os Investimentos que somaram **R\$ 551,89 milhões (-31,92%)**.

# Mínimos Constitucionais

## Despesa vinculada com Saúde

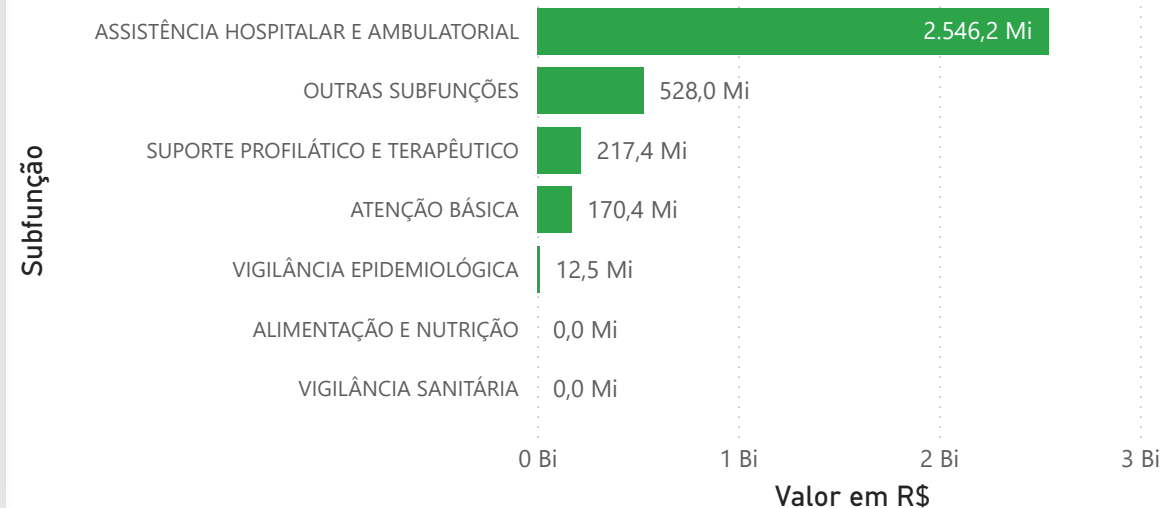
Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em abril de 2026, foram empenhados **R\$ 3,47 bilhões**, dos quais foram liquidados **R\$ 1,90 bilhão** e pagos **R\$ 1,66 bilhão**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



### Despesa vinculada empenhada- por Grupo de despesa



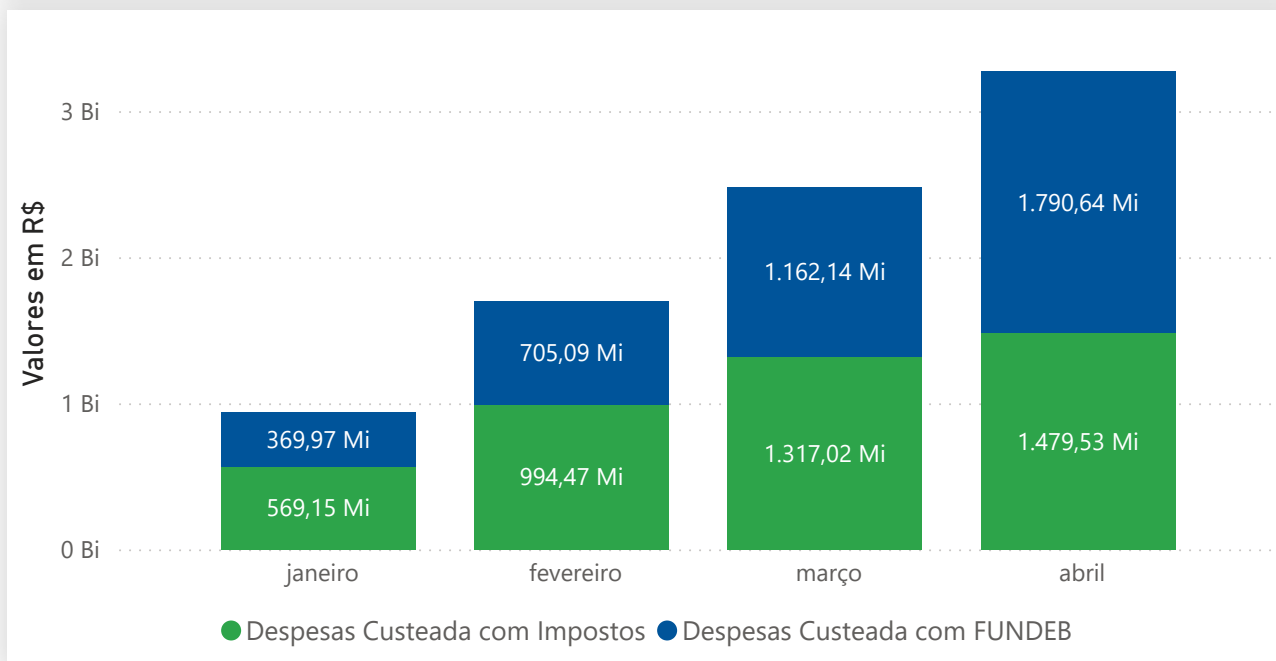
### Despesa vinculada empenhada- por subfunção



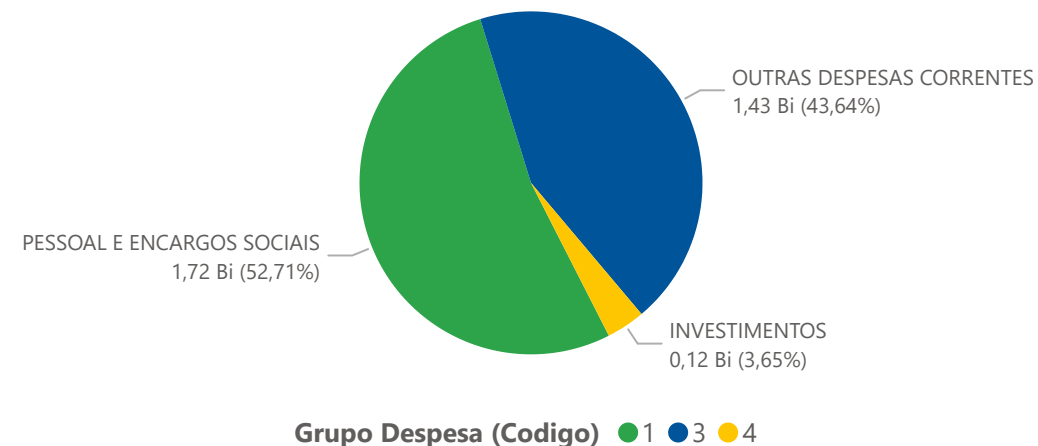
# Mínimos Constitucionais

## Despesa vinculada com Educação

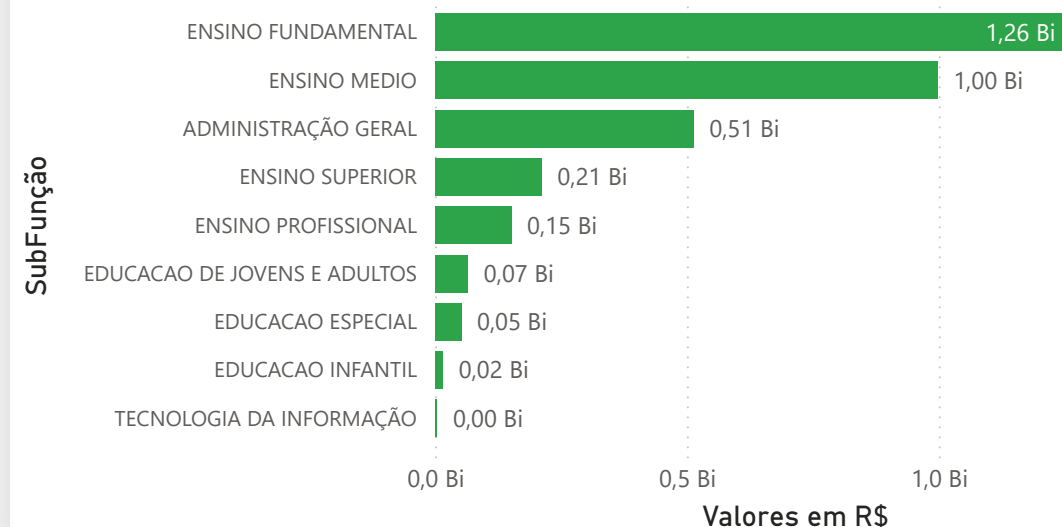
Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em abril de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R\$ 1,48 bilhão**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R\$ 1,79 bilhão**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R\$ 3,27 bilhões**.



### Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



### Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



## 4. PRINCIPAIS RESULTADOS

---

4.1	Resultado Orçamentário	34
4.2	Resultado Primário	35
4.3	Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4	Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5	Disponibilidade de Caixa	38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em abril de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



# Resultado Orçamentário

## Receitas e Despesas

### 16,33 Bi

Acumulado até abril  
TOTAL DAS RECEITAS

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.716,66 Mi
RECEITAS CORRENTES	15.649,94 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.188,82 Mi
CONTRIBUIÇÕES	677,52 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	675,94 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	66,60 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.935,61 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.105,44 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	66,72 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	610,88 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.327,54 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>16.327,54 Mi</b>

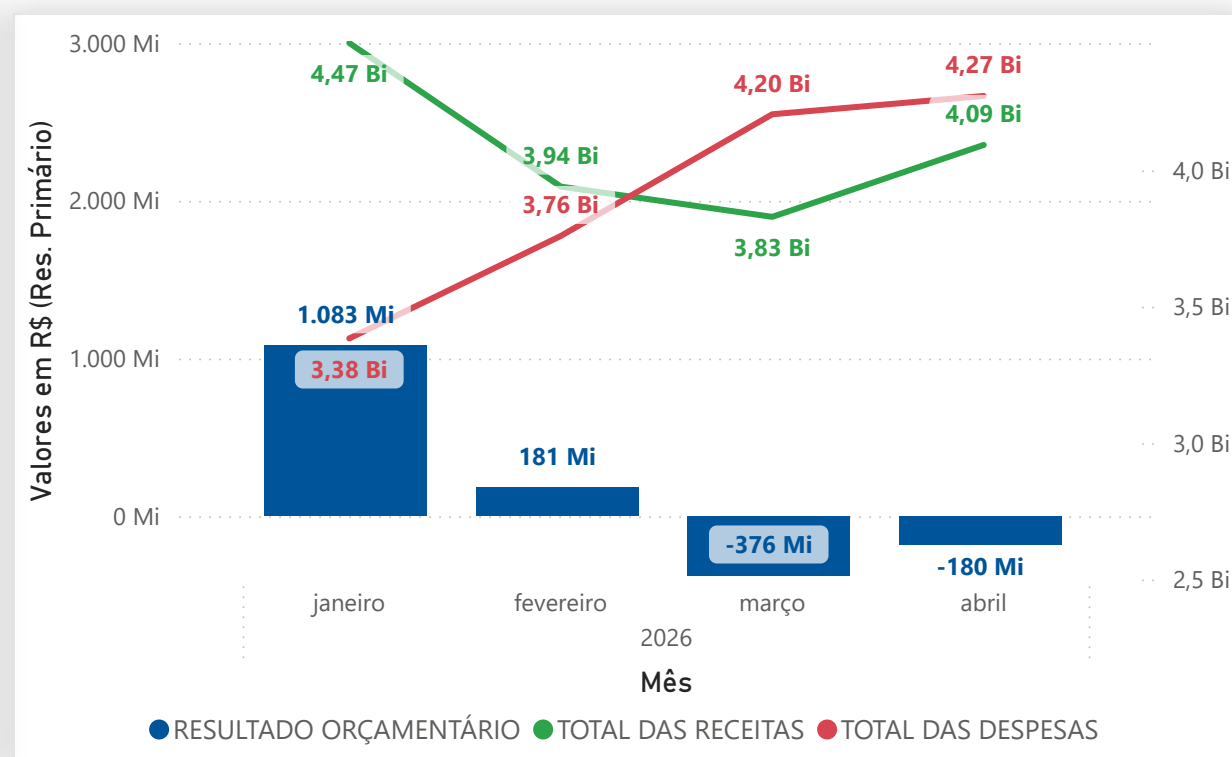
### 15,62 Bi

Acumulado até abril  
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.002,54 Mi
DESPESAS CORRENTES	14.154,38 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.920,05 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100,85 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.133,48 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	848,16 Mi
INVESTIMENTOS	562,62 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	6,88 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	278,65 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	616,30 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.618,84 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>	<b>15.618,84 Mi</b>

### 708,70 Mi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. No acumulado até abril de 2026, o total das receitas foi de **R\$ 16,33 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R\$ 15,62 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit acumulado de **R\$ 708,70 milhões** no período.

# Resultado Primário

## Receitas e Despesas

### 14,53 Bi

Acumulado até abril

#### RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

### 14,69 Bi

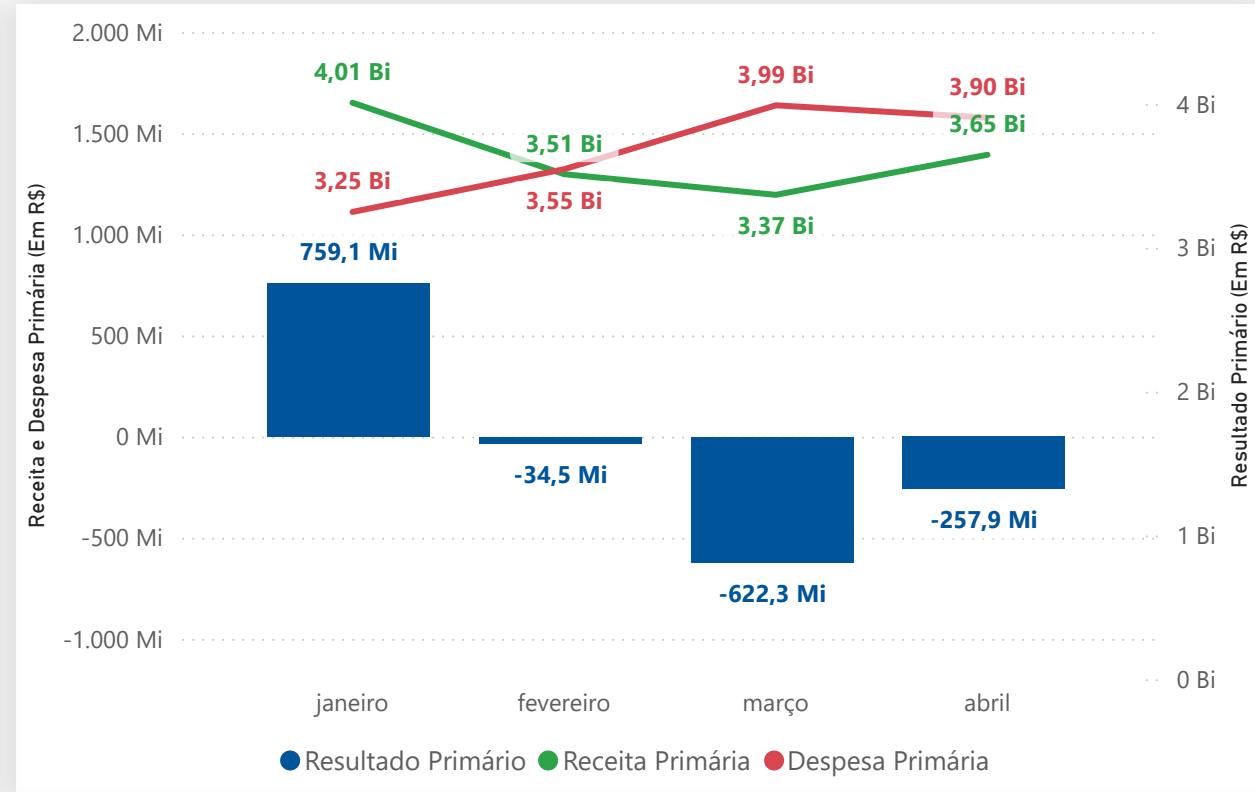
Acumulado até abril

#### DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

### -155,68 Mi

#### RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
<b>DESPEAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)</b>	<b>12.808,80 Mi</b>	<b>136,58 Mi</b>	<b>529,97 Mi</b>
Pessoal e Encargos Sociais	7.903,73 Mi	58,72 Mi	5,41 Mi
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	100,85 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	4.804,22 Mi	77,85 Mi	524,55 Mi
<b>DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)</b>	<b>12.707,95 Mi</b>	<b>136,57 Mi</b>	<b>529,97 Mi</b>
<b>DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)</b>	<b>1.219,94 Mi</b>	<b>0,22 Mi</b>	<b>1,37 Mi</b>
<b>DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)</b>	<b>0,00 Mi</b>	<b>0,00 Mi</b>	<b>0,00 Mi</b>
<b>DESPEAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)</b>	<b>794,00 Mi</b>	<b>129,85 Mi</b>	<b>670,30 Mi</b>
Investimentos	508,48 Mi	28,22 Mi	663,20 Mi
Inversões Financeiras	6,87 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	6,87 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Amortização da Dívida (XXVII)	278,65 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
<b>DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]</b>	<b>515,35 Mi</b>	<b>129,85 Mi</b>	<b>670,30 Mi</b>
<b>DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)</b>	<b>0,27 Mi</b>	<b>0,00 Mi</b>	<b>0,09 Mi</b>
<b>DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)</b>	<b>0,00 Mi</b>	<b>0,00 Mi</b>	<b>0,00 Mi</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)</b>	<b>14.443,51 Mi</b>	<b>266,63 Mi</b>	<b>1.201,72 Mi</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)</b>	<b>13.223,30 Mi</b>	<b>266,41 Mi</b>	<b>1.200,26 Mi</b>



O gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

# Receita Corrente Líquida (RCL)

## Acumulada 12 meses e mensal

### 3,73 Bi

Realizado em abril  
(Valor mensal)

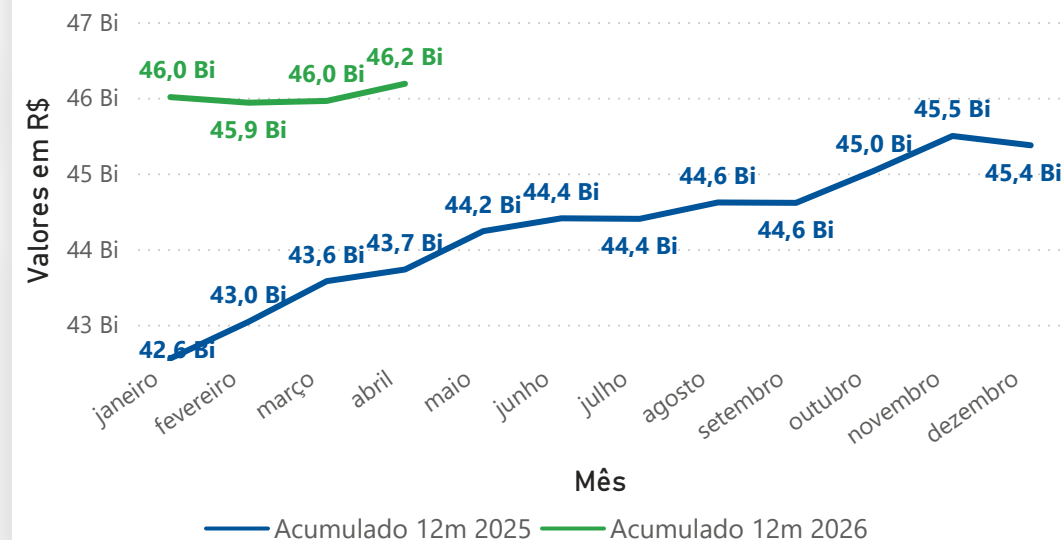
### 46,18 Bi

Realizado em abril  
(Acum.12 meses)

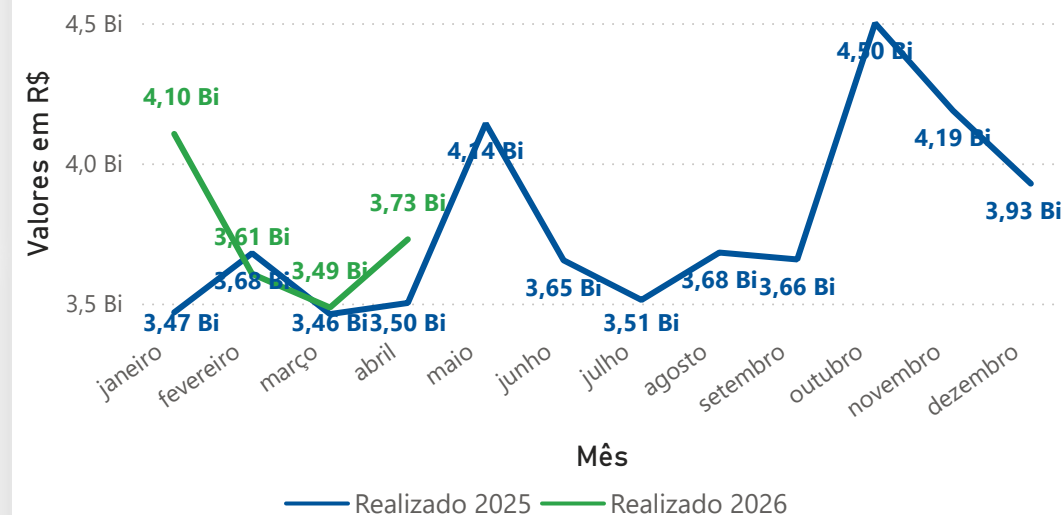
Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.468 Mi	4.105 Mi	42.554 Mi	46.007 Mi	▲ 18,35%	▲ 8,12%
fevereiro	3.679 Mi	3.605 Mi	43.039 Mi	45.934 Mi	▼ -2,01%	▲ 6,73%
março	3.462 Mi	3.485 Mi	43.575 Mi	45.957 Mi	▲ 0,68%	▲ 5,47%
abril	3.502 Mi	3.729 Mi	43.729 Mi	46.184 Mi	▲ 6,48%	▲ 5,61%
maio	4.142 Mi		44.236 Mi			
junho	3.654 Mi		44.406 Mi			
julho	3.512 Mi		44.399 Mi			
agosto	3.681 Mi		44.615 Mi			
setembro	3.657 Mi		44.610 Mi			
outubro	4.499 Mi		45.035 Mi			
novembro	4.188 Mi		45.494 Mi			
dezembro	3.927 Mi		45.371 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **abril** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 46,18** bilhões, crescimento de **5,61%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.

### RCL acumulada 12 meses



### Realizado 2025 e Realizado 2026 por Mês



# Despesa com Pessoal sobre a RCL\*

## Comparativo anual - Apenas Executivo

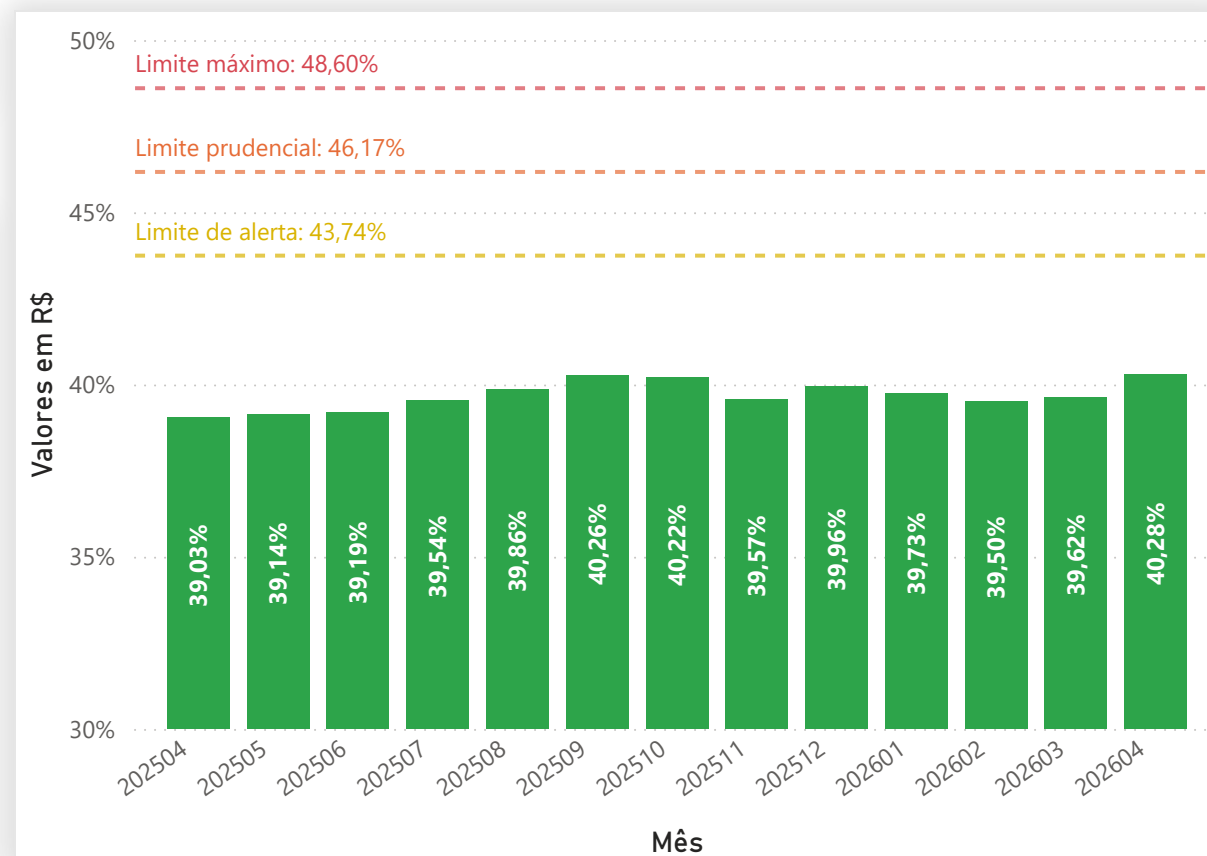
### 18,60 Bi

Realizado em abril  
(Acum.12 meses)

### 40,28%

Realizado em abril  
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202604	18.597,42 Mi	46.172,50 Mi	40,28%
202603	18.205,64 Mi	45.945,56 Mi	39,62%
202602	18.138,54 Mi	45.922,80 Mi	39,50%
202601	18.273,85 Mi	45.997,13 Mi	39,73%
202512	18.124,23 Mi	45.360,61 Mi	39,96%
202511	17.972,03 Mi	45.424,06 Mi	39,57%
202510	18.083,95 Mi	44.965,55 Mi	40,22%
202509	17.933,00 Mi	44.540,36 Mi	40,26%
202508	17.755,98 Mi	44.545,82 Mi	39,86%
202507	17.526,11 Mi	44.329,87 Mi	39,54%
202506	17.374,86 Mi	44.334,41 Mi	39,19%
202505	17.282,61 Mi	44.154,07 Mi	39,14%
202504	17.035,04 Mi	43.644,67 Mi	39,03%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em abril de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R\$ 18,60 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R\$ **46,17 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **40,28%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

\* Valores representam uma estimativa.

# Disponibilidade de Caixa

## Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

### 7,80 Bi

Realizado em abril

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

### 11,76 Bi

Realizado em abril

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

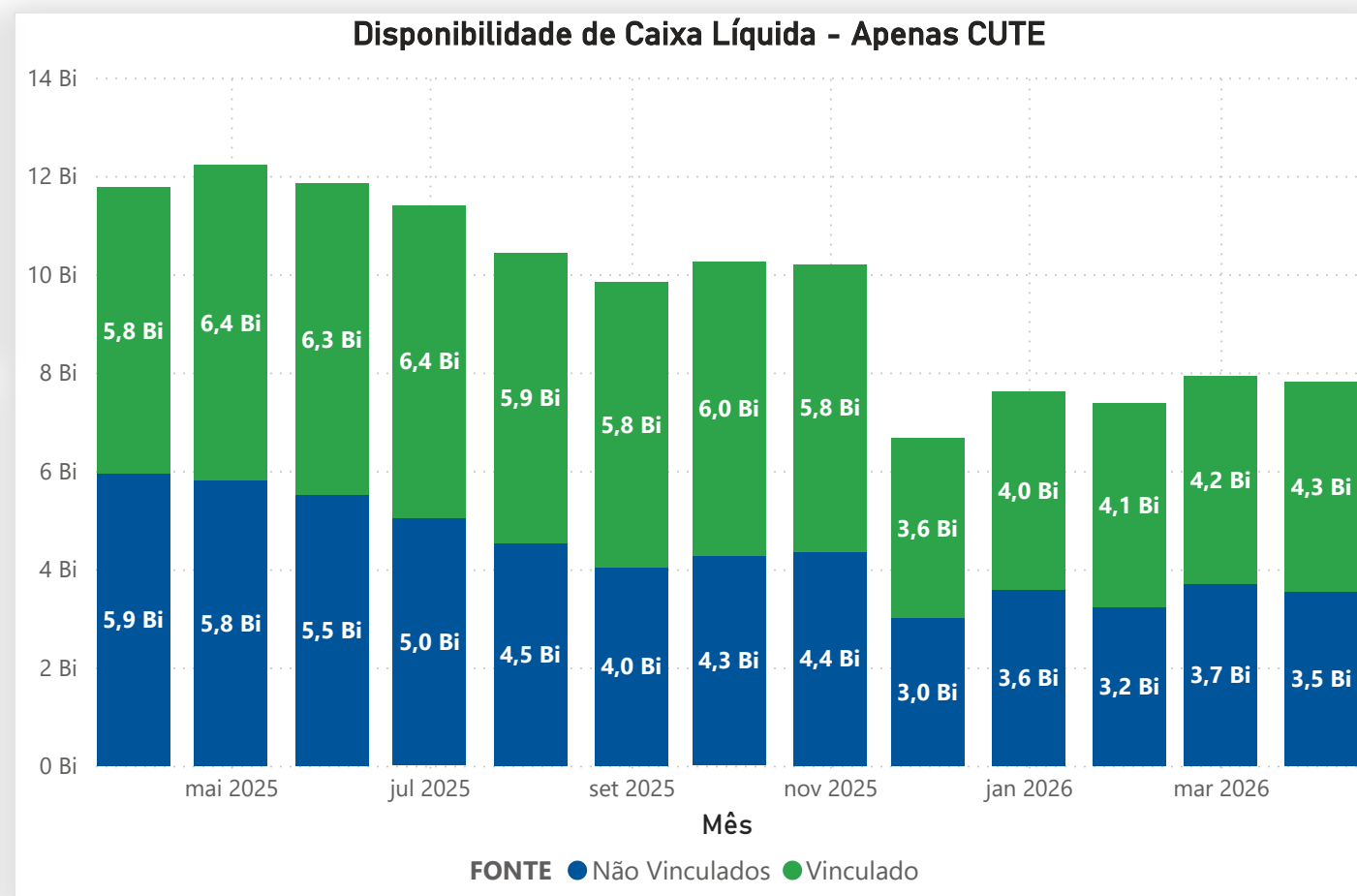
### -33,63%

VARIÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Não Vinculados	4.242,20 Mi	287,65 Mi	347,51 Mi	74,43 Mi	3.532,61 Mi
Vinculado	8.054,93 Mi	2.754,96 Mi	703,70 Mi	324,36 Mi	4.271,92 Mi
<b>Total</b>	<b>12.297,13 Mi</b>	<b>3.042,61 Mi</b>	<b>1.051,21 Mi</b>	<b>398,78 Mi</b>	<b>7.804,53 Mi</b>

O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de abril de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R\$ 12,30 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R\$ 3,04 bilhões**, dos Restos a Pagar **R\$ 1,05 bilhão** e de outras obrigações financeiras **R\$ 398,78 milhões**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R\$ 7,80 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **-33,63%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R\$ 11,76 bilhões**.



**DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA**

Governador do Estado de Goiás

**RENATA LACERDA NOLETO**

Secretário de Estado da Economia

**ALYNE ANTEVELI OSAJIMA**

Secretária-Adjunta

**WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA**

Subsecretário do Tesouro Estadual

**JULIANA CAMILO MANZI PORTO**

Superintendente Financeira

**PAULO ROBERTO SCALCO**

Gerente de Projeções e Análises Fiscais

**MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR**

Subsecretário Central de Orçamento

**WAYSER LUIZ PEREIRA**

Subsecretário da Receita Estadual

**DEIBE PAIVA LIMA**

Superintendente de Informações Fiscais

**MARCELO DE MESQUITA LIMA**

Superintendente de Controle e Auditora

**FABIANO GOMES DE PAULA**

Superintendente de Recuperação de Créditos

**GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO**

Superintendente de Fiscalização Regionalizada

**MARINA TORRES PACHECO**

Gerente de Integração e Análise de Dados

**FERNANDO CÉSAR GANZER**

Gerente de Combustíveis

**NIXON WANDER GENTIL RAMALHO**

Gerente de Substituição Tributária

**HELBER RICARDO DE OLIVEIRA**

Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

**ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO**

Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

**MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS**

Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

**RODRIGO DE PAULA SILVA**

Gerente do ITCD

**JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA**

Gerente do IPVA

**EQUIPE TÉCNICA**

Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD

Leandro Bueno Chaves - GIAD

Ramon Raito Philot Mathias - GIAD

Graciela Aparecida Profeta - GEPAF

Luiz Batista Alves - GEPAF

Natanael Soares Leite – GEPAF

Raphael Maciel de Lima – GEPAF



**ECONOMIA**  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



[goias.gov.br/economia](http://goias.gov.br/economia)